



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROBERTO SALBEGO DONICHT

Uma Sistematização das Discussões sobre a Temática da Religião em B. F. Skinner

Londrina
2023

Uma Sistematização das Discussões sobre a Temática da Religião em B. F. Skinner

ROBERTO SALBEGO DONICHT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) via bolsa de mestrado (processo 40002012028P1)

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Donicht, Roberto Salbego.

Uma Sistematização das Discussões sobre a Temática da Religião em B. F. Skinner / Roberto Salbego Donicht. - Londrina, 2023.
106 f. : il.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Análise Teórico-Conceitual - Tese. 2. Behaviorismo Radical - Tese. 3. Temática da Religião - Tese. 4. B. F. Skinner - Tese. I. Lopes, Carlos Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

ROBERTO SALBEGO DONICHT

Uma Sistematização das Discussões sobre a Temática da Religião em B. F. Skinner

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof.^a Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Alexandre Dittrich
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Londrina, 26 de Julho de 2023

Eu acreditaria somente num deus que soubesse dançar.

Assim falou Zarathustra – Nietzsche

Agradecimentos

Pois bem, as pessoas possuem uma tendência a falar que eu escrevo bem, particularmente eu duvido disso, mas espero que a menos nesses agradecimentos isso se demonstre verdadeiro. Essa parte dos agradecimentos é o momento que tenho liberdade para fugir das formalidades acadêmicas e indicar que eu não sou um sujeito constituído no vácuo, mas sim alguém que recebeu, recebe e receberá o aporte de inúmeras pessoas ao longo da minha jornada terrena. Devido a isso, espero conseguir demonstrar de modo adequado, nesse pequeno momento da dissertação, o quanto sou grato por essas pessoas que constituem meu ambiente social.

Iniciando com a minha família, meus pais Lauro e Neiva, afinal não fosse pelo incentivo e suporte de vocês, eu não teria sequer terminado a graduação. Tudo o que conquistei só foi possível graças à ajuda de vocês dois, tanto no que diz respeito a questões financeiras quanto à valorização do ensino como algo capaz de me tornar uma ser humano melhor, cada qual com as suas qualidades e defeitos. Foi com vocês que eu aprendi inúmeros comportamentos úteis para a minha vida, como a importância de ser honesto, humilde, responsável e de cumprir a própria palavra. Ademais, apesar das nossas diferenças de pensamentos e atitudes, sou eternamente grato por sempre terem me apoiado e, principalmente, por sempre terem respeitado as minhas decisões. Por tais razões, eu digo com a maior tranquilidade que amo ambos.

Agora, a Carla Savian, a tal da Cátia ou simplesmente a minha pequena grande rouxinol, em quem em inúmeros momentos encontrei apoio e repouso em um mundo onde tudo é inconstante e caótico. Em nossa jornada, a gente compartilhou experiências, afetos e emoções que me transformaram e ainda me transformam de uma maneira predominantemente positiva. Você sempre me apoiou e acreditou em mim, mesmo quando nem eu acreditava, e é a sua companhia que me relembra constantemente que a

vida, por si só, vale a pena ser vivida. Amo-te e espero que no final de tudo nós ainda possamos nos reunir em um bar no Limbo de Dante para continuarmos nossa eterna jornada de compartilhamento de afetos (e fofocas...).

Para os próximos agradecimentos, gostaria de compartilhar uma frase dita a mim por uma professora no ensino médio, que dizia que “nem só de pão vive o homem”, sugerindo que eu fosse mais proativo e dedicado nos estudos e afins. Eu não sei se ela está certa ou não, mas eu sei que o “pão” é de veras importante e, não fossem meus amigos de longa data, eu já teria desaprendido a aproveitar os pequenos prazeres e momentos da vida. Bruno, Pires, Sara, Brian (o de 2023), Tauan, Lipe, Gordo, Nando, Adal, Iliara e afins, obrigado por sempre estarem comigo e por constantemente me lembrarem de que de nada adianta um mestrado se eu não souber fazer rima freestyle (estou trabalhando nessa questão inclusive). Vocês constantemente me lembram de que a vida, antes de tudo, merece ser aproveitada, seja jogando RPG de mesa, basquete ou simplesmente vendo algum filme de terror asiático. Esses são os momentos realmente importantes e verdadeiros que me tornam um ser humano melhor e, por isso, muito obrigado.

Agradeço também ao meu orientador Carlos Eduardo Lopes. Foram a sua atenção, paciência e compartilhamento de conhecimentos que permitiram que essa dissertação fosse realizada. Você nunca executou uma escuta e orientação aversiva para comigo e também sempre me auxiliou nos momentos em que a pesquisa emperrou. Sou eternamente grato por ter me dado uma chance e confiado na minha capacidade de aprender em um período em que eu pouco sabia sobre Análise do Comportamento. Muito obrigado, de verdade. Tenho que agradecer também a Luiza Bacchi, que me auxiliou e guiou nos momentos iniciais da pesquisa. Eu e o Dudu até brincávamos dizendo: “Não sabemos se Deus existe, mas certamente a Luiza existe”. Ela de fato existe e é muito querida, obrigado, viu. Eu gostaria também de agradecer à Universidade Estadual de

Londrina – UEL, instituição essa que me recebeu e me ofertou tudo o que eu necessitava e mais um pouco. Instituições públicas, como a UEL, fazem uma diferença absurda nesse país e isso precisa ser constantemente ressaltado.

Além de conhecimento e um aporte extraordinário, a UEL me presenteou com algo tão importante quanto: amigos. Em um mundo onde comportamentos competitivos e de comparação são constantemente reforçados, encontrei na UEL pessoas que me receberam de braços abertos e que me auxiliaram de diversas formas. A grande maioria dos meus colegas (para não dizer todos, já que sou inimigo de absolutos kk) foi extremamente amistosa comigo, ainda assim, eu gostaria de agradecer em especial ao Dudu, à Amanda e ao Luan. Ao Dudu por ser meu “irmão acadêmico” de pesquisa teórica e pelos os inúmeros momentos em que houve a possibilidade de compartilhamento das angústias sobre esse processo. Agradecer também à Amanda por ter sido extremamente receptiva e querida comigo. Foi com você que aprendi que idas ocasionais em bares são extremamente necessárias. Já ao Luan, queria agradecer por ser o melhor parceiro de xadrez que um aspirante a analista de comportamento poderia ter, ao senso de humor refinado e pelas inúmeras dicas sobre Análise do Comportamento.

Por fim, por que raios eu decidi estudar religião? Bem, acho que a resposta mais simples, informal e direta é que eu sou um ser humano de muita fé. Fé não no sobrenatural ou em qualquer derivado, eu tenho fé na capacidade humana e no nosso potencial como espécie. Acredito que o que nos torna únicos é a nossa imperfeição e pequenez diante da imensidão do universo, que a nossa maior qualidade é a capacidade de dizer “não sei” e, mesmo assim, enfrentar o desconhecido e o novo sem garantia alguma, simplesmente porque nós podemos fazer isso.

Foi essa crença que me fez desejar estudar a temática da religião e auxiliar, mesmo que de modo ínfimo, em uma compreensão científica e filosófica dessa temática. Por

séculos as religiões foram capazes de auxiliar a humanidade a lidar com as suas questões existenciais e problemáticas sociais. Porém, esse mesmo auxílio também trouxe e traz inúmeras consequências, algumas das quais eu considero serem extremamente prejudiciais para a humanidade. Consequências essas que diminuem a probabilidade de alcançarmos e usufrirmos de nosso potencial como espécie humana. Diante disso, eu creio haver a necessidade de inventarmos novas formas de nos relacionarmos com o mundo (com esse e apenas esse mundo) e eu acredito que uma análise científica e filosófica de uma temática tão presente na história da humanidade, como a religião, é capaz de possibilitar compreensões novas e mais positivas sobre o nosso lugar no mundo e universo.

Donicht, R. S. (2023). *Uma Sistematização das Discussões sobre a Temática da Religião em B. F. Skinner* (Dissertação de Mestrado). 106. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brasil.

RESUMO

A temática da religião é um tema complexo que está presente na humanidade como um todo, influenciando as decisões de inúmeros indivíduos e grupos sociais, sejam eles religiosos praticantes ou não. Devido a sua relevância, a temática da religião vem sendo discutida por analistas do comportamento há algumas décadas, porém, há razoável consenso na literatura científica de que a área não apresenta definições conceituais adequadas sobre a terminologia empregada (e.g., comportamento religioso, fenômeno religioso, espiritualidade) para analisar a temática da religião. Além disso, a área possui uma diversidade de interpretações que enfatizam dimensões de análises sobre a temática da religião, por vezes divergentes, havendo assim uma fragmentação analítico-conceitual sobre o tema. Uma das consequências disso é a ausência de um consenso sobre definições terminológicas adotadas e a dificuldade de análises integrativas, algo que possibilita o surgimento de confusões teórico-conceituais. Portanto, esta pesquisa se propôs retornar a uma fonte em comum, os textos de B. F. Skinner, buscando indagar em que medida as discussões skinnerianas podem ofertar um aporte teórico-conceitual capaz de integrar essa fragmentação de análises analítico-comportamentais sobre a temática da religião. Desse modo, a pesquisa apresenta uma sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião. Sendo uma pesquisa de natureza teórica-conceitual, o método adotado foi o de buscar as citações do radical *relig* nos textos de Burrhus Frederic Skinner. Tais textos foram lidos, analisados e então interpretados por meio da construção de tabelas interpretativas, as quais permitiram os seguintes produtos: comentários interpretativos e teses skinnerianas sobre a temática da religião. A partir dos produtos das tabelas, foi possível realizar uma descrição, por um viés skinneriano, sobre como comportamentos religiosos são emitidos, estabelecidos e, conseqüentemente, utilizados por agências controladoras religiosas. Também foi possível descrever as vantagens e desvantagens da existência de uma agência controladora religiosa, assim como modos para lidar com as problemáticas advindas do poder dessas agências religiosas. Outra implicação da pesquisa foi uma proposta inicial de um vocabulário terminológico conceitual: 1) Comportamento Religioso: comportamentos controlados por contingências raras ou acidentais, com atribuição causal sobrenatural; 2) Controle Religioso: uso de atribuição causal sobrenatural para explicar a ocorrência de eventos raros ou acidentais, com o intuito de controle social; 3) Agência Controladora Religiosa: uma instituição especializada no uso de controle religioso; 4) Religiosidade: qualquer comportamento religioso cujo controle não é explicitamente institucional. A aplicação dessa terminologia às discussões analítico-comportamentais da temática da religião permite concluir que há diferentes dimensões de análise, indicando que uma rede terminológica conceitual é necessária para representar todas essas dimensões. Por fim, a sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião é capaz de integrar os diferentes níveis de análise (filogenéticos, ontogenético, culturais) sobre o tema, indicando que as divergências encontradas na literatura ocorrem devido a fragmentações e especializações em determinada dimensão de análise da temática da religião.

Palavras-chave: Análise Teórico-Conceitual, Behaviorismo Radical, Religião, Comportamento Religioso, Controle Religioso, Agência Controladora, B. F. Skinner.

Donicht, R. S. (2023). *A Systematization of Discussions on the Theme of Religion in B. F. Skinner* (Masters Dissertation). 106. Postgraduate Program in Behavior Analysis. State University of Londrina, Londrina-PR, Brazil.

ABSTRACT

The theme of religion is a complex theme that is present in humanity as a whole, influencing the decisions of countless individuals and social groups, whether they are religious practitioners or not. Due to its relevance, the theme of religion has been discussed by behavior analysts for some decades, however, there is a reasonable consensus in the scientific literature that the area does not present adequate conceptual definitions on the terminology used (e.g., religious behavior, religious phenomenon, spirituality) to analyze the theme of religion. In addition, the area has a diversity of interpretations that emphasize dimensions of analyzes on the subject of religion, sometimes divergent, thus having an analytical-conceptual fragmentation on the subject. One of the consequences of this is the absence of a consensus on terminological definitions adopted and the difficulty of integrative analyses, something that allows the emergence of theoretical-conceptual confusions. Therefore, this research aimed to return to a common source, the texts of B. F. Skinner, seeking to investigate the extent to which Skinnerian discussions can offer a theoretical-conceptual contribution capable of integrating this fragmentation of analytical-behavioral analyzes on the theme of religion. Thus, the research presents a systematization of Skinnerian discussions on the theme of religion. Being a research of a theoretical-conceptual nature, the method adopted was to look for citations of the radical *relig* in the texts of Burrhus Frederic Skinner. Such texts were read, analyzed and then interpreted through the construction of interpretative tables, which allowed the following products: interpretative comments and Skinnerian theses on the theme of religion. From the products of the tables, it was possible to carry out a description, by a Skinnerian bias, on how religious behaviors are emitted, established and, consequently, used by religious controlling agencies. It was also possible to describe the advantages and disadvantages of the existence of a religious controlling agency, as well as ways to deal with the problems arising from the power of these religious agencies. Another implication of the research was an initial proposal of a conceptual terminological vocabulary: 1) Religious Behavior: behaviors controlled by rare or accidental contingencies, with supernatural causal attribution; 2) Religious Control: use of supernatural causal attribution to explain the occurrence of rare or accidental events, with the aim of social control; 3) Religious Control Agency: an institution specialized in the use of religious control; 4) Religiosity: any religious behavior whose control is not explicitly institutional. The application of this terminology to analytical-behavioral discussions on the theme of religion allows us to conclude that there are different dimensions of analysis, indicating that a conceptual terminological network is necessary to represent all these dimensions. Finally, the systematization of Skinnerian discussions on the theme of religion is capable of integrating the different levels of analysis (phylogenetic, ontogenetic, cultural) on the subject, indicating that the divergences found in the literature occur due to fragmentations and specializations in a certain dimension of analysis of the theme of religion.

Keywords: Theoretical-Conceptual Analysis, Radical Behaviorism, Religion, Religious Behavior, Religious Control, Controlling Agency, B. F. Skinner.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Modelo da Planilha do Excel para análise dos textos com mais de nove ocorrências das palavras-chave.....	32
Tabela 2. Modelo de Planilha do Excel para análise dos textos com menos de nove ocorrências das palavras-chave.....	33
Tabela 3. Capítulos, por livros skinnerianos, com mais de cinco e nove ocorrências do radical <i>relig</i>	38

Lista de Figuras

Figura 1. Número de ocorrências do radical <i>relig</i> nos livros de Skinner em ordem cronológica.....	36
--	-----------

Sumário

1. Introdução	14
2. Objetivos	29
2.1. Geral	29
2.2. Específicos	29
3. Método	30
1ª Etapa – Mapeamento e análise dos textos skinnerianos que abordam a temática da religião	30
2ª Etapa – Categorização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião.	33
4. Resultados e Discussões	35
4.1. Análise da cronologia e frequência do radical <i>relig</i> ao longo dos livros skinnerianos	35
4.2. Discussões skinnerianas sobre a temática da religião	40
4.2.1. Comportamento religioso	41
4.2.2. Controle Religioso	43
4.2.3. Agência controladora religiosa	45
4.2.3.1. Aprendizagem e manutenção do comportamento religioso promovido pela Agência controladora religiosa	46
4.2.3.2. A função do autocontrole na “luta contra o mal”	53
4.2.3.3. As funções da religião para a comunidade e para os indivíduos	55
4.2.3.4. A(s) religião(ões) e a interação com agências controladoras “mundanas”	62
4.2.3.5. Críticas ao controle da agência controladora religiosa	70
4.2.3.6. Como lidar com os riscos das agências controladoras religiosas	81
4.2.4. Religiosidade	88
4.3. Algumas implicações da sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião	92
4.3.1. Uma avaliação das críticas a Skinner	92
4.3.2. Um vocabulário terminológico sobre a temática da religião	94
5. Conclusão	100
6. Referências	103

1. Introdução

A temática da religião vem sendo discutida na Análise do Comportamento há algumas décadas (Schoenfeld, 1979; Hayes, 1984; Schoenfeld, 1993; Guerin, 1998; Rodrigues & Dittrich, 2007; Strand, 2009; Sampaio, 2016; Luiz & Knaut, 2017). Ainda assim, a área não parece apresentar uma análise suficientemente detalhada e contínua da religião (Hayes, 1984; Schoenfeld, 1993; Sampaio, 2016). Para Schoenfeld (1993), Hayes (1984) e Sampaio (2016), essa insuficiência contrasta com o fato de a religião estar bastante presente na humanidade, influenciando inúmeros indivíduos e grupos sociais, sejam eles religiosos praticantes ou não.

Um dos primeiros autores a abordar de modo sistemático a temática da religião de uma perspectiva comportamental foi William Nathan Schoenfeld (1915–1996), em uma conferência na *American Psychological Association* (APA), em 1979 e, posteriormente, em seu livro *Religion and Human Behavior* (Schoenfeld, 1993). Schoenfeld (1993) direciona sua análise para as bases do comportamento religioso, termo que ele se absteve de definir, justificando que uma definição desse tipo de comportamento iria mais confundir do que auxiliar na análise proposta. Apesar disso, ele esclarece que o seu objetivo não é estudar dogmas e religiões espalhados pelo globo, mas sim os princípios comportamentais básicos que seriam comuns a todas essas religiões.

Mesmo que tenha dado ênfase aos ditos princípios comportamentais básicos do comportamento religioso, é importante destacar que Schoenfeld (1993) não nega que exista muita variabilidade nas crenças religiosas humanas. Porém, ele defende que todas são embasadas em princípios comportamentais básicos, os quais não variariam. Partindo desse pressuposto, o autor argumenta que a religião pode ser compreendida como um

fenômeno natural, consequência da inter-relação do indivíduo com o ambiente que o cerca.

Desse modo, a relação entre o ser humano e o ambiente seria uma ocasião para os indivíduos chegarem a conclusões religiosas, principalmente em um contexto pré-científico e pré-filosófico (Schoenfeld, 1993). Por exemplo, o comportamento verbal permitiria ao ser humano falar sobre situações que ultrapassam o contexto presente, possibilitando reflexões sobre questões como o infinito, a vida pós-morte (e.g., hipotetizar sobre o que ocorre com alguém após o seu falecimento, o que poderia inclusive auxiliar na redução da aversividade da morte de um ente querido), as limitações corporais (e.g., distinção entre eventos públicos e privados), o passado e o futuro. Essa característica do comportamento verbal, de poder falar sobre eventos passados, futuros, finitos e infinitos possibilitaria uma sensação de linearidade e continuidade que poderia levar à elaboração de termos como alma e à criação de um Deus onipresente, onisciente e onipotente. Portanto, o comportamento religioso, como denomina Schoenfeld (1993), seria uma consequência, de certo modo, natural ao ser humano, e a institucionalização da religião seria algo posterior ao desenvolvimento do comportamento religioso.

Outro ponto levantado pelo autor é a problematização na divisão entre controle secular¹ e controle religioso. Schoenfeld (1993) ressalta ao longo de seu livro que tanto as agências controladoras seculares quanto as agências controladoras religiosas utilizam estratégias semelhantes para influenciar o comportamento de grupos e que ambas se voltam para o ambiente natural do ser humano para fazer isso. Mesmo realizando essa aproximação, a proposta de Schoenfeld (1993) busca isolar o termo *religião* de outras noções, tais como: análise das agências controladoras, psicopatologias e aspectos sociais,

¹ Segundo o teólogo Richard Holloway: “A palavra *secular* vem do latim *saeculum*, que significa um intervalo de tempo. Passou a significar o tempo como contrário a eternidade, o mundo em contraste com a Igreja, o pensamento humano em oposição à revelação religiosa” (Holloway, 2019, p. 246).

indicando que a análise da temática da religião não se esgota a partir de uma só categoria de análise. O autor defende, então, que a religião é um tema complexo a ser estudado por si só e que, portanto, deve ser estudado pela Análise do Comportamento.

Reconhecendo a iniciativa de Schoenfeld (1979), referindo-se à conferência de 1979 na APA, Steven C. Hayes (1984) apresenta sua própria contribuição para uma compreensão comportamental da religião. Assim como Schoenfeld (1993), Hayes (1984) não nega os efeitos das agências controladoras religiosas e sua função de organização social. No entanto, ele propõe que uma análise comportamental da espiritualidade² e da distinção material-imaterial seria muito mais frutífera e interessante, podendo, por exemplo, explicar o carácter universal da espiritualidade e aprimorar técnicas de psicoterapia³.

Hayes (1984) argumenta que todos os organismos, verbais ou não, possuem o comportamento denominado “ver”, caracterizado por se comportar em relação ao contexto presente (contingências naturais). Porém, o ser humano, por meio do treinamento verbal fornecido pela comunidade em que está inserido, também aprende a descrever e refletir sobre o próprio comportamento, algo útil tanto para o indivíduo quanto para a própria comunidade. Logo, o advento do comportamento verbal aprimora esse comportamento de “ver”, e permite “ver o ver”, possibilitando assim o surgimento da consciência.

No entanto, o autor ressalta que as pessoas não aprendem apenas a descrever e a refletir sobre o comportamento, elas também aprendem a fazer isso por meio de uma

² Entre os autores da análise do comportamento analisados que discutem a temática da religião, não há uma distinção específica entre espiritualidade, religião e religiosidade, o próprio Hayes (1984) também não se preocupa em distinguir esses termos.

³ Nesse mesmo texto, Hayes (1984) argumenta que estudar termos tradicionalmente considerados dualistas ou imateriais não é algo que um analista do comportamento deva privar-se de fazer. O autor argumenta que tais termos advêm da relação dos indivíduos com fenômenos físicos, logo não se justificaria ignorá-los apenas pelos seus significados literais. Em síntese, um termo possuir um significado tradicional imaterial ou dualista não significa necessariamente que ele designe de fato algo imaterial ou dualista.

determinada perspectiva ou lócus consistente, no caso a perspectiva delas. Esse aprendizado de perspectiva pode emergir por meio do treino de relações “aqui-ali”, de distinção “você-outros” ou de treino de múltiplos exemplares, onde a relação “palavra você-seu corpo” é a única constância que se mantém. Logo, Hayes (1984) argumenta que a comunidade verbal ensina os indivíduos a construírem esse senso de perspectiva ou lócus, a “ver o ver de uma perspectiva”.

Uma característica, apontada por Hayes (1984), do “ver o ver de uma perspectiva” ou “você de uma perspectiva”, é a impossibilidade de observar a nossa própria perspectiva, afinal, ao tentar fazer isso ainda estaríamos fazendo a partir da nossa própria perspectiva. Assim, nós apenas conseguimos sentir os efeitos dessa perspectiva. Portanto, essa perspectiva nunca seria sentida como uma “coisa ou conteúdo”, justamente por ser o que nos permite observar ou delimitar essas “coisas ou conteúdos”. Por exemplo: o “você” de agora comparado ao “você” da sua infância é totalmente diferente (e.g., aparência, pensamentos, gostos etc.), porém, você continua sendo “você” tanto antes como agora; a sua perspectiva continua imutável (“você” como agente), por mais que todo o resto tenha se modificado (“você” como coisa ou conteúdo).

Vale ressaltar que é impossível, por um viés analítico-comportamental, defender a existência de um “você como perspectiva” como independente de todas as “coisas” do indivíduo (e.g., corpo, mundo material, relações com o meio etc.) e Hayes (1984) está ciente disso. Para o autor, o “ver o ver de uma perspectiva” também é uma “coisa” mesmo que não seja sentido como tal. Ele é estabelecido socialmente por meio do comportamento verbal, o que permite inclusive que se possa analisar esse comportamento nos outros. O ponto é que o “ver o ver de uma perspectiva” nunca é sentida ou experienciada como “coisa ou conteúdo” pelo próprio indivíduo. Assim, para Hayes (1984), essa sensação da existência do “ver o ver de uma perspectiva” como algo à parte do mundo material advém

desta característica dela não ser sentida como “coisa ou conteúdo” e pelo fato da comunidade verbal não partir de pressupostos científicos para descrever esse tipo de comportamento.

Diante do exposto, a hipótese é de que as sensações consequentes desse “ver o ver de uma perspectiva” estariam na base de distinções como conteúdo *versus* perspectiva e, conseqüentemente, material *versus* imaterial (Hayes, 1984). Todo o conteúdo com o qual interagimos é uma “coisa”, algo material, porém, a nossa perspectiva é algo que está sempre presente, imutável e ao mesmo tempo é uma “não coisa”. É impossível analisar a nossa própria perspectiva. Experienciamos os seus efeitos, mas não conseguimos observá-la diretamente. Logo, a conclusão do autor (Hayes, 1984, p. 104) é que: “Quite literally, it may be that verbal behavior gave humankind a soul.”.

Em suma, as características do que a comunidade verbal geralmente denomina como “espiritual” se assemelham às características do “ver o ver de uma perspectiva”. Um mundo espiritual é uma extensão metafórica desse comportamento (Hayes, 1984). Essa análise de Hayes sobre a relevância do comportamento verbal para o surgimento da espiritualidade parece ser complementar, embora bem mais detalhada, à proposta apresentada por Schoenfeld (1993), quando ele fala sobre como a relação indivíduo-ambiente pode vir a colaborar para o surgimento de crenças metafísicas.

Outra análise do comportamento religioso, distinta das anteriores, baseia-se em uma hipótese filogenética para explicar o surgimento desse tipo de comportamento (Luiz & Knaut, 2017). Nessa análise, a compreensão do comportamento religioso se dá em termos de comportamento supersticioso, mas com uma característica especial: uma atribuição animista⁴. Pautando-se em um diálogo entre a Análise do Comportamento e a

⁴ O Animismo é entendido pelos autores como a crença de que todos os objetos da natureza possuem uma intenção proveniente de um agente interno (Luiz & Knaut, 2017).

Psicologia Evolucionista, André Luiz e Josiane de Fatima Farias Knaut (2017) propõem que duas capacidades filogenéticas da espécie humana permitiriam compreender o surgimento do comportamento religioso. A primeira é uma predisposição animista advinda de um aparato fisiológico inato denominado *Dispositivo Hiperativo de Detecção de Agentes* (DHDA)⁵ e a segunda é a capacidade de ser reforçado⁶. Logo, a interação entre essas duas capacidades teria sido útil para a sobrevivência da espécie e, conseqüentemente, quase como um efeito colateral, tenha colaborado para o surgimento do que eles denominam de comportamento religioso.

A hipótese evolutiva é que a interação dessas duas capacidades evolutivas permite aos indivíduos atribuírem uma intenção animista a estímulos no ambiente, o que, por sua vez, produz conseqüências que reforçam o comportamento de atribuir intenção animista (Luiz & Knaut, 2017). Por exemplo: atribuir um sentido intencional a determinado barulho como sendo um alerta sobrenatural (e.g., a “mãe natureza” ou simplesmente as árvores enviando avisos) permite que indivíduos passem a inferir causas sobre o barulho, como, por exemplo, um ataque iminente. Isso possibilitaria que os indivíduos que fizessem essa relação comesçassem a se preparar para o confronto (fugir ou lutar) antes dos outros indivíduos que assim não o fizessem. Tal preparação, provavelmente, produziria conseqüências úteis para a sobrevivência do indivíduo e, assim, a tendência animista seria selecionada. Por fim, a tendência animista criaria condições para a aprendizagem de crenças religiosas (e.g., explicações teológicas sobre esses avisos sobrenaturais).

⁵ Na literatura citada pelos autores, o DHDA seria um módulo mental proposto pela psicologia cognitiva para explicar o comportamento religioso (Bortolini & Yamamoto, 2013). Nessa perspectiva, o DHDA não é uma parte do cérebro, mas sim um subproduto cognitivo dele. Desconsiderando essa diferença, por vezes Luiz e Knaut (2017) citam o DHDA como um módulo mental e, em outros momentos, como um aparato fisiológico inato.

⁶ Sampaio (2016) discute essa hipótese sobre a importância do DHDA e a problematiza no tópico 5.1. Antropomorfização e comportamento religioso, indicando uma forma mais próxima do behaviorismo radical para explicar o comportamento de antropomorfização.

Em outra perspectiva, Bernard Guerin (1998), Tyffanne Serra Paraná Rodrigues e Alexandre Dittrich (2007) discutem e defendem que a religião pode ser vista como uma agência controladora, cujas práticas devem ser analisadas considerando suas funções sociais. Em outras palavras, como qualquer outra agência controladora, a religião seria útil para organizar grupos de indivíduos (Guerin, 1998; Rodrigues & Dittrich, 2007). Guerin (1998) propõe que a religião deve ser analisada e compreendida a partir de sua função sociológica, principalmente no que diz respeito a sua função grupal⁷. Essa proposta enfatiza uma dimensão distinta da análise feita por Hayes (1984) e Schoenfeld (1993) sobre o surgimento de reflexões metafísicas a partir do comportamento verbal individual. Para Guerin (1998), reflexões metafísicas surgiram porque foram funcionais para o grupo e para a sobrevivência de suas práticas culturais.

Portanto, nessa perspectiva social, a religião seria uma ferramenta para controlar grupos, além de aumentar a chance de ocorrência de comportamentos de baixa probabilidade de emissão, úteis para sobrevivência do grupo e da cultura desses indivíduos (Guerin, 1998). Por exemplo: os guerreiros vikings, imbuídos da crença de que ao morrerem iriam para Valhala (uma espécie de paraíso nórdico), provavelmente lutariam melhor e de modo mais arriscado (entendendo que o arriscar-se é um comportamento de baixa probabilidade de emissão), aumentando assim a chance de morte de alguns indivíduos, mas também, de sobrevivência do grupo e de suas práticas culturais (terceiro nível de seleção). Logo, para Guerin (1998), todas as práticas religiosas (e.g., tabus, ritualísticas, mistificação sobre o universo, respostas existenciais etc.) teriam uma função social, auxiliando no aumento da cooperação, controle e coesão de um grupo de indivíduos.

⁷ O autor também irá propor seis princípios gerais para modelar o comportamento grupal e utiliza-se da agência controladora religiosa como exemplo para expor esses seis princípios (Guerin, 1998). Essa discussão não será debatida aqui, pois ultrapassa o escopo da análise que se pretende com este trabalho.

Outro aspecto da interpretação do autor diz respeito a uma crítica feita à proposta de que o comportamento supersticioso possa servir de base para entender a religião (Guerin, 1998). Para Guerin (1998), as práticas religiosas seriam modeladas socialmente e possuiriam uma função grupal (e.g., aumentar comportamentos cooperativos), não decorrendo de uma relação acidental de contiguidade (Guerin, 1998). Logo, para o autor não é adequado atribuir ao comportamento supersticioso qualquer função, na análise da religião.

Ainda nessa perspectiva social, Rodrigues e Dittrich (2007) propõem uma discussão fictícia entre um behaviorista radical e um cristão ortodoxo. A partir da análise dessa discussão, pode-se compreender a religião como uma agência controladora, na qual o uso de práticas coercitivas predomina. Aqui, a religião é uma instituição que busca manter suas práticas culturais vivas, adquirindo e mantendo os indivíduos fiéis e se adaptando a mudanças de contextos (relação controle-contratrole) (Rodrigues & Dittrich, 2007). Logo, embora essas práticas culturais possam beneficiar seus membros (principalmente quando elas surgiram), a sua ênfase geralmente recai na sobrevivência da agência em si, que busca manter seus fiéis e, concomitantemente, adquirir novos membros.

Nessas duas propostas supracitadas (Guerin, 1998; Rodrigues & Dittrich, 2007), as práticas religiosas e seculares são vistas como semelhantes. Ambas são práticas construídas socialmente e que são ou foram úteis para a sobrevivência da comunidade ou da própria agência controladora responsável pelas práticas. Portanto, as práticas culturais seculares e religiosas empregam estratégias semelhantes para controlar de modo mais eficiente grupos de indivíduos. Uma possível diferenciação, enunciada por Guerin (1998), seria que talvez as práticas religiosas possuam a crença em uma entidade superior ou em um mundo imaterial. Porém, para o autor, mesmo essa diferença poderia ser

problematizada, pois essa característica se assemelha a práticas não religiosas de grupos organizados em torno da crença em alienígenas, por exemplo.

As abordagens de analistas do comportamento que restringem o comportamento religioso a uma categoria de comportamento mantido por reforçamento social são criticadas por Paul S. Strand (2009). Ele inclusive discorda da importância dada ao reforçamento social, assumindo também uma postura crítica em relação à teoria do comportamento supersticioso. Para o autor, não há evidências empíricas que corroborem o uso da teoria do comportamento supersticioso para explicar a religião.

De acordo com Strand (2009), o comportamento religioso é um fenômeno que pode ser dividido em duas categorias: “Esforçoso” (*Effortful*) e “Gracioso” (*Graceful*). Apenas os comportamentos enquadrados na categoria “Esforçoso” poderiam ser influenciados por reforçamento (social ou não). Tais comportamentos religiosos possuiriam uma função e seriam enfraquecidos caso começassem a ser punidos ou colocados em extinção. Por outro lado, os comportamentos religiosos da categoria “Gracioso” não seriam comportamentos operantes, mas sim comportamentos induzidos, os quais seriam sensíveis apenas aos antecedentes e não às consequências. Logo, essa segunda categoria de comportamento estaria mais próxima do que o senso comum e teólogos denominam como “fé” ou “fé verdadeira”.

Esses comportamentos religiosos induzidos tendem a emergir quando o indivíduo se relaciona com eventos antecedentes denominados “Eventos monumentais na vida” (*Monumental life events*): eventos relacionados à possibilidade de morte ou perda⁸ (Strand, 2009). Como comportamentos religiosos “Graciosos” tendem a emergir quando ocorrem eventos relacionados a perdas, o autor levanta a hipótese de que isso poderia ser

⁸ O autor cita inclusive um estudo empírico com indivíduos diagnosticados com HIV-AIDS, no qual constatou-se um aumento de comportamentos religiosos após o diagnóstico (Strand, 2009).

a explicação de perseguições religiosas, por vezes, fortalecerem a fé do indivíduo. Considerando as duas categorias de comportamentos religiosos, Strand (2009) considera que a gênese da religião seria o resultado da primeira categoria (*Graceful*), enquanto sua manutenção seria dada por a segunda categoria (*Efforful*), que fortaleceria ou aprimoraria esses comportamentos.

Ademais, Strand (2009) vai ao encontro da perspectiva de Hayes (1984) e Schoenfeld (1993) acerca da importância do comportamento verbal para o estabelecimento do comportamento religioso. Ele retoma o conceito de “você-como-perspectiva”, introduzido por Hayes (1984), para defender que a capacidade do ser humano de falar e se colocar em contextos que envolvem eventos com significados supostamente “imateriais” ou que vão além da finitude da existência do indivíduo, colaboram para questionamentos existenciais, principalmente quando esses questionamentos estão relacionados a “eventos monumentais da vida”. Para Strand (2009), esses tipos de questionamentos possibilitam o surgimento de comportamentos religiosos pertencentes à primeira categoria denominada “Gracioso”.

Por fim, há a dissertação de mestrado do Pedro Henrique de Faria Sampaio (2016). Um aspecto interessante de seu trabalho é que apresenta uma justificativa para a escolha do termo *comportamento religioso*. De acordo com o autor, *comportamento religioso* teria um sentido epistemológico mais próximo dos pressupostos da Análise do Comportamento do que outros termos comumente usados, como *fenômeno religioso*, por exemplo. Já em relação à análise proposta na dissertação, o comportamento religioso é discutido por meio de três conceitos: comportamento supersticioso, reforçamento social e mentalismo (Sampaio, 2016). O autor defende que a compreensão da relação desses conceitos em conjunto possibilitaria uma análise mais completa do comportamento religioso (Sampaio, 2016). Logo, embora os comportamentos englobados por esses

conceitos possam agir isoladamente para influenciar o surgimento e a manutenção de comportamentos religiosos, eles, sozinhos, não explicariam o comportamento religioso como um todo.

Partindo dessa proposta, a perspectiva do autor sobre comportamento supersticioso e o comportamento religioso pode ser analisada como complementar à da hipótese filogenética de Luiz e Knaut (2017). É pertinente ressaltar que essa proposta do comportamento supersticioso como um conceito útil para explicar a religião tem sido criticada por outros autores (Guerin, 1998; Strand, 2009). Sampaio (2016) contra-argumenta, citando estudos experimentais com humanos e não humanos para indicar que o conceito de comportamento supersticioso possui embasamento experimental e pode ser útil para compreender a religião. Ele também critica a posição de Guerin (1998), que compreende a religião exclusivamente por sua função social.

Assim sendo, Sampaio (2016) propõe que o comportamento supersticioso pode ser um dos principais conceitos para compreender o surgimento de comportamentos religiosos, principalmente quando esse conceito é relacionado com o comportamento verbal. A capacidade do ser humano de ser sensível a padrões de contiguidade intermitente entre eventos, em conjunto com sua capacidade de relatar e descrever essa relação acidental permitiria o fortalecimento dessa relação de contiguidade. Fortalecimento esse que, posteriormente, poderia ser divulgado ao resto dos membros do grupo por meio de regras supersticiosas (uma descrição não acurada das contingências).

Um exemplo exposto na dissertação em questão é a dança da chuva (Sampaio, 2016). Imagine que um indivíduo, inserido em um contexto pré-científico, esteja enfrentando um período de seca. O céu claro e limpo seria uma situação aversiva que aumentaria a variabilidade comportamental por parte deste indivíduo, que poderia gritar, gesticular ou se agitar. Digamos que, enquanto ele se comporta desse modo, o céu comece

a mudar e, finalmente, a chuva comece a cair. Nessa perspectiva, o comportamento seria reforçado e a probabilidade de o indivíduo comportar-se assim novamente no mesmo contexto (falta de chuva) seria aumentada, mesmo não havendo nenhuma relação contingente entre o comportamento do indivíduo e o início da chuva.

Em outros períodos de seca, é provável que a chuva não ocorresse sempre que ele gritasse, gesticulasse ou se agitasse, mas é provável que ocorresse de modo intermitente (fortalecimento da resistência à extinção). Com o tempo, o comportamento do indivíduo poderia ser modelado (de modo contíguo) até formar o que denominaríamos de dança da chuva. E onde entraria o comportamento verbal? Para Sampaio (2016), ele seria responsável por possibilitar uma maior resistência à extinção do comportamento do indivíduo (permitiria uma descrição não acurada das contingências) e também possibilitaria a sua divulgação por meio de regras supersticiosas para os demais membros.

Agora, no que tange ao ponto do reforçamento social, Sampaio (2016) aproxima-se bastante das argumentações de Guerin (1998) e Rodrigues e Dittrich (2007). O comportamento religioso surgiria devido ao comportamento supersticioso e ao reforçamento social, e seria mantido por reforçamento social devido às consequências produzidas no grupo. O autor cita o exemplo de indivíduos ditos esquizofrênicos. Indivíduos que ouvissem vozes ou alegassem ter uma missão importante poderiam ser reforçados socialmente (e.g., afeto, atenção, prestígio social), principalmente quando o comportamento desses indivíduos produzisse por contiguidade uma consequência benéfica para o grupo. Assim, os comportamentos emitidos por esses indivíduos “delirantes” poderiam ser mantidos pelo grupo mesmo após a sua morte (reforçamento social e regras supersticiosas), integrando-se às práticas culturais do grupo.

Finalizando a discussão sobre o trabalho de Sampaio (2016), tem-se ainda o mentalismo. Resumidamente, a capacidade do ser humano de distinguir entre

comportamento público e privado permitiria a elaboração de argumentos mentalistas (dualistas e teleológicos, por exemplo). Essa capacidade conduziria a uma racionalização, uma teoria explicativa para fenômenos da natureza (algo útil em sociedades pré-científicas) e a uma defesa lógica dos comportamentos religiosos. Conseqüentemente, isso resultaria na sua divulgação para demais membros da comunidade.

Nessa heterogeneidade de discussões analítico-comportamentais, chama atenção a ausência de uma definição explícita da própria religião e a existência de uma pluralidade de conceitos empregados para se falar da temática da religião. Sobre a questão terminológica, Schoenfeld (1993) até mesmo recusa apresentar uma definição cabal de religião, argumentando que isso limitaria demais a análise desse fenômeno. A questão se agrava na medida em que se diversificam os termos empregados para se falar de religião em uma perspectiva comportamental. Em um primeiro momento, “comportamento religioso” parece ser um termo mais adequado (Sampaio, 2016), mas nem todos os autores o empregam, e mesmo aqueles que o fazem apresentam definições distintas. “Fenômeno religioso” e “religião”, por sua vez, são termos amplos que se aproximam do senso comum e, como tal, correm o risco de serem imprecisos.

Sobre a pluralidade de conceitos, é possível notar uma diversidade de categorias de análises (e.g., papel do comportamento verbal, gênese do comportamento religioso, espiritualidade) a respeito da temática da religião, algo que, por si só, não seria um problema. A questão é que alguns autores realizam análises que excluem, ou no mínimo ignoram, noções apresentadas por outras análises. Alguns autores enfatizam os aspectos institucionais do que está sendo denominado de religião, como Guerin (1998), Rodrigues e Dittrich (2007). Outros enfatizam aspectos filogenéticos da religião, como Luiz e Knaut (2017). Há ainda autores que enfatizam um aspecto ontogenético, dando destaque para o comportamento verbal, como Hayes (1984) e Strand (2009). Mesmo no caso de tentativas

de síntese, como as de Sampaio (2016) e Schoenfeld (1993), a terminologia empregada para falar da temática da religião não segue critérios que permitam contemplar diferentes dimensões de análise. Como mencionado, Schoenfeld (1993) chega a recusar definir *religião*⁹, enquanto Sampaio (2016) emprega *comportamento religioso* para discutir todas as dimensões da temática da religião, o que pode ofuscar diferenças importantes.

A despeito dessa diversidade terminológica e da pluralidade de análises encontrada nas discussões analítico-comportamentais sobre religião, um ponto em comum é a menção (crítica ou apologética) a textos skinnerianos. Em Hayes (1984) há referência a três obras skinnerianas¹⁰ e há comentários sobre a ênfase skinneriana na análise do desenvolvimento da superstição e do caráter moralizante de religiões organizadas, subestimando ou ignorando outros aspectos (como a distinção material *versus* imaterial). Já Luiz e Knaut (2017) comentam que a análise da religião por parte de Skinner se pautou essencialmente em uma análise funcional da relação religião-cultura, carecendo, portanto, de um aporte filogenético. Guerin (1998) cita Skinner ao comentar que as religiões tendem a utilizar com mais frequência reforçamento negativo e punição positiva, por serem formas de controle grupal eficazes em curto prazo, apesar dos seus malefícios em longo prazo. O autor ainda critica Skinner por ter aceitado de modo acrítico a proposta do comportamento supersticioso como uma das bases da religião. Rodrigues e Dittrich (2007) citam Skinner várias vezes ao longo de sua análise, utilizando-o, de um modo geral, para argumentar que a religião é um comportamento ensinado e que as instituições religiosas irão constantemente desenvolver práticas para adquirir, manter e controlar os fiéis. Em Sampaio (2016) também é possível encontrar várias menções a

⁹ Schoenfeld (1993) no início do seu livro argumenta que isso é de fato um problema e que necessita de uma atenção.

¹⁰ *Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005); *The Operational Analysis of Psychological Terms* (Skinner, 1945) e *About Behaviorism* (Skinner, 1974).

Skinner, das quais se destacam: a crítica sobre a ausência de uma definição do que seria um comportamento religioso; o emprego do conceito de comportamento supersticioso como uma das bases da religião; uma análise da religião como uma agência controladora que utiliza de regras supersticiosas e do reforçamento social para controlar os membros de um grupo. Sampaio (2016) também argumenta que Skinner não pretendia delimitar a religião apenas como uma agência controladora e que afirmar isso não explicaria o que é religião.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, nota-se que mesmo embasados em um referencial teórico em alguma medida skinneriano, a maioria dos autores que se voltaram para a discussão da temática da religião divergem em vários aspectos ou, no mínimo, enfatizam categorias distintas de análise, como a importância dada ao comportamento supersticioso ou ao comportamento verbal, por exemplo. Partindo dessas divergências, sobretudo no que concerne às dimensões de análises empregadas nas discussões sobre religião, este trabalho propõe um retorno à obra de Skinner, buscando pistas para enfrentar tais questões nessa “fonte original”.

Mais especificamente, trata-se de indagar em que medida as discussões skinnerianas podem, se é que podem, oferecer um aporte teórico-conceitual que permita uma integração dessa fragmentação de análises encontradas na literatura analítico-comportamental. Assim, busca-se responder se há ecos dessa diversidade de análises sobre a religião na obra de B. F. Skinner, e, em caso afirmativo, se tais análises são apresentadas de modo integrado ou não.

2. Objetivos

2.1. Geral

Sistematizar as discussões skinnerianas sobre a temática da religião.

2.2. Específicos

1. Mapear as discussões sobre a temática da religião no decorrer da obra skinneriana.
2. Agrupar essas discussões em categorias de análise.
3. Apresentar uma proposta inicial de vocabulário terminológico que integre diferentes discussões sobre a temática da religião.

3. Método

Esta pesquisa é de natureza teórico-conceitual, um tipo de pesquisa recomendada quando se objetiva construir uma interpretação sobre conceitos presentes em textos psicológicos, de modo a lançar luz a uma teoria (Laurenti & Lopes, 2016). No caso desta pesquisa, os textos psicológicos são primordialmente os textos skinnerianos que discutem a temática da religião, visando uma interpretação mais abrangente do assunto.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, descritas a seguir.

1ª Etapa – Mapeamento e análise dos textos skinnerianos que abordam a temática da religião

Esta etapa consistiu em uma sistematização do material em que Skinner discute a temática da religião no decorrer de seus livros. Para tanto, foram empregados versões digitalizadas de todos os livros de Skinner publicados em inglês. Além dos livros, também foi considerado o artigo *What religion means to me* (Skinner, 1987b), uma vez que se trata de um texto no qual Skinner examina diretamente o tema da pesquisa.

No caso dos livros, foi realizada uma busca pelo radical *relig*, utilizando o recurso “CTRL+F”, em cada um dos livros. Essas buscas percorreram quatro passos sucessivos:

- i) Identificação de todas as páginas com a ocorrência do radical *relig* em cada um dos livros.
- ii) Identificação dos capítulos em que o radical *relig* foi encontrado em cada livro.
- iii) Identificação da frequência com que o radical *relig* aparecia em cada capítulo de cada livro.

iv) Hierarquização dos textos de acordo com a frequência de ocorrência do radical *relig*.

Partindo dessa hierarquização, foram estabelecidos três tipos de análise: capítulos com mais de nove ocorrências foram lidos e fichados na íntegra; capítulos com mais de cinco e menos de nove ocorrências foram lidos parcialmente e fichados; capítulos com menos de cinco ocorrências foram lidos parcialmente e fichados caso houvesse alguma discussão nova ou relevante para os objetivos da pesquisa nos trechos lidos.

Esses critérios, embora arbitrários, foram utilizados para permitir que a pesquisa fosse realizada em um tempo hábil para a finalização da dissertação. Além disso, entende-se que capítulos com menos de cinco ocorrências das palavras-chave, advindas da busca do radical *relig*, presumivelmente teriam pouco a acrescentar às discussões em relação aos textos que continham mais ocorrências.

No que tange aos capítulos com mais de nove ocorrências, lidos na íntegra, os resultados foram registrados em uma planilha do *Excel* contendo as teses de Skinner sobre religião encontradas (Ver **Tabela 1**). O artigo *What Religion Means to Me* (Skinner, 1987b) também foi analisado a partir desse procedimento.

O livro *Walden II* (Skinner, 1948/2005) e as autobiografias *Particulars of My Life* (Skinner, 1976/1984b), *The Shaping of a Behaviorist* (Skinner, 1979) e *A matter of consequences* (Skinner, 1984a) não foram submetidas ao quarto passo, que foi restrito apenas à análise de obras científico-acadêmicas do autor.

Tabela 1

Modelo da Planilha do Excel para análise dos textos com mais de nove ocorrências das palavras-chave.

Obra e Ano de Publicação	Capítulo/Tópico da Obra	Tese sobre Religião	Trecho Ilustrativo da Tese
Science and Human Behavior (1953/2005)	Cap. X, pg. xx - xx.	A tese apresentada por Skinner nesse capítulo considera a religião como sendo.....	I - "XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX" (Skinner, 1953/2005).

Para o preenchimento da **Tabela 1** e para um melhor entendimento da tese apresentada por Skinner nos capítulos lidos na íntegra, foram empregadas algumas perguntas norteadoras: I - Quais são os processos e conceitos utilizados para explicar a religião?; II - Esses conceitos e processos são utilizados para explicar a religião em um nível individual ou social?; III - Quais as funções desses conceitos e processos no âmbito da religião, no âmbito individual e grupal (sociedade e agências controladoras) e o que o sujeito e o grupo ganham com o controle religioso?; IV - Para o Skinner, essas funções são um problema ou não? Se forem, devemos acabar com elas ou modificá-las?; V - Qual a função da religião para o indivíduo?; VI - Qual a função da religião para a sociedade e o grupo?; VII - Essas funções são políticas (e.g., Grupo: Visão Crítica ou Conservadora? Serve para que tal processo ou conceito?) ou meramente psicológicas (Útil para o indivíduo?); VIII – Qual a definição de “religião” nesse texto?. Essas questões tiveram a função de um guia interpretativo dos textos analisados que continham mais de nove ocorrências; em outras palavras, as perguntas tinham a função de direcionar a leitura para determinados aspectos (alterar o controle de estímulos durante a leitura). Sendo assim, elas não foram explicitamente respondidas no preenchimento das tabelas.

No caso dos capítulos com menos de nove ocorrências das palavras-chave, foram considerados apenas os trechos nos quais elas foram encontradas. Caso o trecho não fosse suficiente para a produção de um comentário interpretativo sobre a forma como a religião estava sendo tratada, eram considerados parágrafos anteriores até que fosse possível realizar essa interpretação. Ademais, caso um capítulo com menos de cinco ocorrências apresentasse alguma discussão considerada relevante, o trecho no qual as palavras-chave fossem encontradas também seria submetido a essa mesma análise. Para a realização dos comentários interpretativos, o seguinte questionamento foi feito na leitura dos trechos: “O que esse trecho está dizendo ou argumentando sobre a temática da religião?”. Os resultados foram registrados em outra planilha do *Excel* (Ver **Tabela 2**).

Tabela 2

Modelo de Planilha do Excel para análise dos textos com menos de nove ocorrências das palavras-chave.

Obra e Ano de Publicação	Transcrição do Trecho - Cap. 2 Freedom	Comentário Interpretativo
Beyond Freedom and Dignity (1971)	"xxxxxxxxxxxxx" (Skinner, 1971, p. x)	Nesse trecho Skinner está argumentando que a religião exerce a seguinte função....
Obra e Ano de Publicação	Transcrição do Trecho - Cap. 2 Freedom	Comentário Interpretativo
Beyond Freedom and Dignity (1971)	"xxxxxxxxxxxxx" (Skinner, 1971, p. x)	Nesse trecho Skinner está argumentando que a religião exerce a seguinte função....

2ª Etapa – Categorização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião.

Feito o mapeamento e a análise das discussões skinnerianas sobre religião, a próxima etapa percorreu os seguintes passos:

i) Releitura das teses e dos comentários interpretativos, agrupando as discussões skinnerianas em categorias de análises;

ii) Elaboração de um texto considerando a categorização das discussões.

Para a realização do primeiro passo, as teses e os comentários interpretativos elaborados na 1ª Etapa foram relidos, comparados e discutidos juntamente com o orientador da pesquisa em encontros de supervisão. Dessa forma, buscou-se agrupar as discussões skinnerianas em categorias de análises.

O segundo passo organizou todos os resultados obtidos na forma de um texto, sistematizando as discussões skinnerianas sobre a temática da religião, de modo que permitisse avaliar a eventual diversidade e integração de tais discussões.

4. Resultados e Discussões

Os resultados e as discussões decorrentes da análise do material bibliográfico foram organizados em três tópicos, visando apresentar uma sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião, bem como a indicação de algumas implicações dessa sistematização: I – Análise da cronologia e frequências do radical *relig* ao longo dos livros skinnerianos; II – Discussões skinnerianas sobre a temática da Religião; III – Implicações da sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião.

O primeiro tópico tem a função de expor um mapa da cronologia e da frequência das palavras que contém o radical *relig* nos livros de Skinner. O segundo tópico busca apresentar uma sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião, destacando diferentes dimensões de análises referentes a essa temática. Por fim, o terceiro tópico indica algumas implicações da sistematização das análises skinnerianas sobre a temática da religião, culminando na apresentação de uma proposta inicial de um vocabulário terminológico skinneriano aplicado às análises analítico-comportamentais da religião.

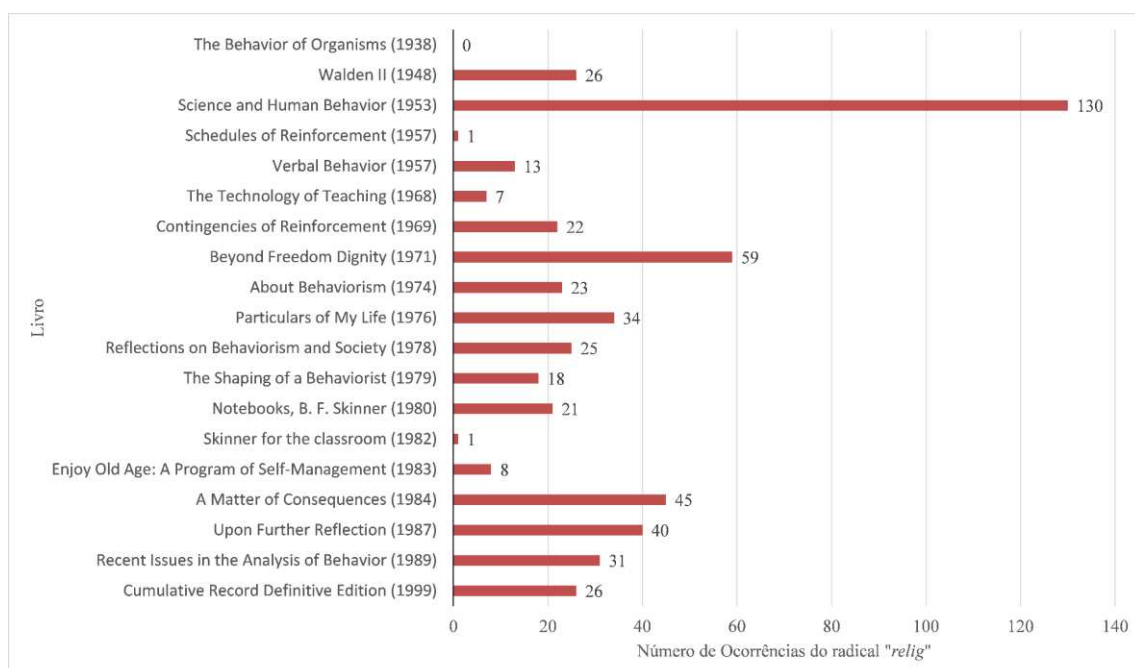
4.1. Análise da cronologia e frequência do radical *relig* ao longo dos livros skinnerianos

Como descrito no método, a primeira etapa da pesquisa foi a identificação de todas as páginas com a ocorrência de palavras que contivessem o radical *relig* em cada um dos livros de Skinner. Esse levantamento viabilizou uma análise da frequência das ocorrências do radical *relig* ao longo dos livros skinnerianos. Tal análise pode ser útil

para pesquisas futuras e para possibilitar uma compreensão mais clara dos períodos em que Skinner discute a temática da religião, além de permitir visualizar a extensão da discussão skinneriana sobre o tema. Esses resultados estão representados na **Figura 1**.

Figura 1

Número de ocorrências do radical “relig” nos livros de Skinner em ordem cronológica



Como pode ser constatado na **Figura 1**, *Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005) é o livro com o maior número de ocorrências de palavras que contém o radical *relig*, seguido de *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971) e do volume três da autobiografia de Skinner, *A Matter of Consequences* (Skinner, 1984a). Já *The Behavior of Organisms* (Skinner, 1938), acompanhado de *Schedules of Reinforcement* (Ferster & Skinner, 1957/2014) e de *Skinner for the Classroom* (Skinner, 1982) são os livros com menor número de ocorrências.

Na **Tabela 3** há uma análise da frequência de capítulos com mais de cinco e mais de nove ocorrências. Com isso, é possível observar em quais livros e capítulos Skinner concentrou uma maior atenção à temática da religião.

Tabela 3

Capítulos, por livros skinnerianos, com mais de cinco e nove ocorrências do radical relig.

Livro	Capítulo com mais de cinco ocorrências	Capítulo com mais de nove ocorrências	Número de Ocorrências do radical "relig"
Walden II (1948)		Cap. 23	13
Science and Human Behavior (1953)	Chapter XXII Government and Law		7
Science and Human Behavior (1953)		Chapter XXIII Religion	53
Science and Human Behavior (1953)		Chapter XXIV Psychotherapy	20
Science and Human Behavior (1953)	Chapter XXV Economic Control		5
Science and Human Behavior (1953)	Chapter XXVI Education		9
Science and Human Behavior (1953)		Chapter XXVII Culture and Control	10
Science and Human Behavior (1953)		Chapter XXIX The Problem of Control	12
Contingencies of Reinforcement (1969)	Cap. 2 Utopia as na experimental culture		6
Contingencies of Reinforcement (1969)	Cap. 3 The environmental solution		6
Beyond Freedom Dignity (1971)	Freedom		7
Beyond Freedom Dignity (1971)	Punishment		7
Beyond Freedom Dignity (1971)	Alternatives to Punishment		6
Beyond Freedom Dignity (1971)	Value		5
Beyond Freedom Dignity (1971)		The Evolution of a Culture	12
Beyond Freedom Dignity (1971)		The Desing of a Culture	11
Beyond Freedom Dignity (1971)	What is Man?		6
About Behaviorism (1974)	Cap. 8 Causes and Reasons		5
About Behaviorism (1974)	Cap. 12 The Question of Control		7
Particulars of My Life (1976)		Part 2	20
Reflections on Behaviorism and Society (1978)		Cap. 2 Are We Free to Have a Future?	14
The Shaping of a Behaviorist (1979)	Não há capítulos nessa obra	Não há capítulos nessa obra	17
A matter of consequences (1984)	Não há capítulos nessa obra	Não há capítulos nessa obra	44
Upon Further Reflection (1987)		Cap. 1 Why We Are Not Acting to Save the World	19
Upon Further Reflection (1987)	Cap. 2 What is Wrong with Daily Life in the Western World?		8
Upon Further Reflection (1987)		Cap. 3 News from Nowwhere, 1984	10
Recent Issues in the Analysis of Behavior (1989)	Cap. 4 The Listener		6
Recent Issues in the Analysis of Behavior (1989)	Cap. 7 The Operant Side of Behavior Therapy		5
Recent Issues in the Analysis of Behavior (1989)		Cap. 11 A New Preface to Beyond Freedom and Dignity	12
Cumulative Record Definitive Edition (1999)	Freedom and the Control of Men		6
Cumulative Record Definitive Edition (1999)	Some Issues Concerning the Control of Human Behavior		5

Os dados apresentados na **Tabela 3** detalham o volume de discussões sobre religião em *Science and Human Behavior* (1953/2005): um total de sete capítulos em que aparecem palavras compostas pelo radical *relig*, a maioria deles com nove ou mais ocorrências. Outros livros que se destacam são o já mencionado *Beyond Freedom and Dignity* (1971), *Upon Further Reflection* (1987a) e *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (1989). Vale observar que, nessa análise, os livros *The Shaping of a Behaviorist* (1979) e *A Matter of Consequences* (1984a) não foram considerados por serem livros que não são organizados em capítulos.

4.2. Discussões skinnerianas sobre a temática da religião

Após a análise dos períodos e livros em que Skinner mais se ocupou e produziu sobre a temática da religião, respectivamente, é possível, agora, deter-se sobre o conteúdo das discussões skinnerianas a respeito do assunto. Para isso, antes é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre a proposta de sistematização das discussões skinneriana sobre a temática da religião, realizada logo abaixo.

O primeiro esclarecimento se refere ao próprio contexto histórico de vida do autor. Skinner (1904–1990) nasceu nos Estados Unidos da América e viveu em um período no qual o processo de globalização ainda era emergente e o acesso a informações sobre religiões não abraâmicas (cristianismo, islamismo, judaísmo) possivelmente era escasso ou questionável quanto a sua parcialidade. Ademais, segundo o próprio autor (Skinner, 1987b), ele teve uma criação influenciada por práticas religiosas, tendo participado de uma igreja Presbiteriana, o que foi relevante para a sua constituição como indivíduo.

O segundo esclarecimento decorre justamente da compreensão de que esses vieses históricos e biográficos podem limitar o grau de generalidade da perspectiva skinneriana sobre as religiões, sobretudo no que diz respeito aos exemplos apresentados. Por isso, esta proposta mescla uma sistematização do que se encontra nos textos de Skinner com interpretações próprias do autor desta dissertação, nas quais são utilizados exemplos que, sabidamente, não são encontrados nas discussões skinnerianas¹¹. Essa extrapolação justifica-se pela noção de *interpretação* adotada aqui, como uma construção de sentido que se dá na relação entre autor, texto e intérprete (Laurenti & Lopes, 2016). Além disso, o emprego de outros exemplos tem a função de testar os limites da proposta skinneriana

¹¹ A maioria dos exemplos utilizados, que visam aumentar o grau de generalidade das discussões skinnerianas aqui sistematizadas, estão embasadas, por vezes até mesmo citados, na obra intitulada “Uma breve História da Religião” (Holloway, 2019).

e, mais especificamente, sua generalidade, permitindo que pesquisas futuras possam indicar e enfrentar eventuais lacunas deixadas por este trabalho.

4.2.1. Comportamento religioso

Da perspectiva skinneriana, o ponto de partida para compreender os comportamentos religiosos, entendidos como comportamentos que estão na base de práticas religiosas, é a suscetibilidade às consequências imediatas. Essa suscetibilidade, que está na base do comportamento operante, torna possível o controle do comportamento por contingências raras ou acidentais, nas quais a mera imediatidade de uma consequência pode fortalecer a resposta que a antecedeu, independente dessa relação ser “factual” ou “supersticiosa” (Skinner, 1953/2005, 1971, 1978). Nas palavras de Skinner (1971):

The process of operant conditioning presumably evolved when those organisms which were more sensitively affected by the consequences of their behaviour were better able to adjust to the environment and survive. Only fairly immediate consequences could be effective. (p. 119)

Se a suscetibilidade a consequências imediatas é um aspecto filogenético, selecionado por seu valor de sobrevivência na história da espécie humana, isso talvez explique o caráter universal de comportamentos controlados por contingências acidentais, que participam de diferentes religiões. A isso se soma a possibilidade de condicionamento (respondente e operante) pela exposição única a certos eventos (Skinner, 1953/2005). Por exemplo, um comportamento respondente pode ser estabelecido por um único pareamento de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado intenso, como um acidente de carro que passa a eliciar respostas condicionadas de medo de carros. Do mesmo modo, no comportamento operante uma resposta pode ser reforçada apenas uma

vez e, mesmo assim, continuar a ser emitida por o indivíduo por um bom período de tempo.

O comportamento verbal é outra característica humana que favorece o controle por contingências raras ou acidentais. Descrevendo o processo de generalização (ou indução), Skinner cita o exemplo da criança que emite uma resposta verbal “mágica”, “pare”, para uma bolinha, porque essa resposta foi fortalecida em contextos sociais:

Verbal behavior is especially likely to show this sort of “magic” because of the lack of a mechanical connection between response and reinforcement . . . Having successfully told people to stop, he may cry “Stop!” to a ball rolling out of reach. Though we may prove that his response can have no effect upon the ball, it is in the nature of the behavioral process that the response nevertheless acquires strength. (Skinner, 1953/2005, p. 351)

Duas questões são observadas nessa citação: I - Comportamentos verbais aprendidos e emitidos na comunidade verbal podem ser generalizados para objetos inanimados ou não-humanos; II - O comportamento verbal permite uma conexão causal não-mecânica entre eventos. Tais características do comportamento verbal podem potencializar o controle de contingências acidentais ou raras, atribuindo conexão causal espúrias entre eventos.

Assim, a hipótese de Skinner (1953/2005) sobre o surgimento do comportamento religioso decorre dessa possibilidade de o comportamento dos indivíduos poder ser controlado por contingências raras ou acidentais. Controle esse que pode ser favorecido e potencializado pela suscetibilidade a consequências imediatas e pelo comportamento verbal, o qual permite explicações sobrenaturais (e.g., dar uma intenção a eventos da natureza).

Com isso, já é possível realizar uma primeira conceituação do que seria *comportamento religioso*. Em uma perspectiva skinneriana, comportamentos religiosos são comportamentos controlados por contingências raras ou acidentais com atribuições causais sobrenaturais, o que decorre da suscetibilidade da espécie humana a consequências imediatas e do comportamento verbal que possibilita atribuições causais sobrenaturais. Alguns exemplos de comportamento religioso seriam: o indivíduo que atribui o fim de um relacionamento aversivo ao signo do cônjuge (uma relação acidental); o indivíduo que pede uma boa colheita ao céu (generalização do comportamento verbal para objetos inanimados ou não-humanos); o indivíduo que não passa debaixo de escadas pois teve uma “maré de azar” logo depois que fez isso no passado (sensibilidade a consequências imediatas e uma relação acidental).

4.2.2. Controle Religioso

Embora a relação entre a resposta de um indivíduo e alguma consequência acidental ou rara seja apenas uma coincidência, a nossa herança filogenética permite que essa relação seja utilizada pelo grupo para controlar o comportamento de indivíduos. Sobre esse assunto, Skinner (1953/2005) argumenta:

We also affect the behavior of others by using accidental reinforcing consequences of a positive sort. “You see, if you hadn't followed my advice, you would have missed this pleasant surprise.” It is only a short step to the claim to be able to mediate future positive reinforcements—to be able to “bring good luck.” The claim may be used to induce another person to grant favors, to pay money, and so on. (p. 351-352)

Como descrito na citação, a comunidade verbal pode se valer de contingências raras ou acidentais para controlar o comportamento de indivíduos. É importante ressaltar que esse controle por parte da comunidade não precisa ser intencional. Assim, o comportamento verbal possibilita a criação de uma conexão entre relações acidentais ou raras com o sobrenatural (e.g., mundo imaterial, karma, deuses, criaturas míticas, magia ou simplesmente “boa e má sorte” no dia-a-dia). Isso, conseqüentemente, possibilita que a comunidade verbal modele o comportamento dos indivíduos criando e utilizando “regras sobrenaturais”.

Esse uso de contingências raras ou acidentais com atribuições sobrenaturais para controlar o comportamento dos indivíduos se identifica com o que Skinner (1953/2005) denomina de controle religioso: “A prototype of religious control arises when rare or accidental contingencies are used in controlling the behavior of others.” (p. 351). Logo, é possível definir *controle religioso* como uma atribuição causal sobrenatural (e.g., a alma; magias trazendo “boa ou má sorte”; espíritos interferindo no mundo material) que explica a ocorrência de eventos raros ou acidentais e que é usada para controlar o comportamento de outras pessoas.

É possível perceber, então, que o controle religioso pode ser utilizado por qualquer membro da comunidade para controlar o comportamento de outrem, não sendo necessário, em princípio, haver uma agência controladora para isso. Em outras palavras, o controle religioso pode ser não institucionalizado. Ademais, para Skinner (1974, 1978), esse controle pode ser encoberto ou disfarçado, no sentido de que é mais difícil demonstrar e descrever as relações de controle envolvidas no controle religioso.

De todo modo, Skinner (1953/2005) vai argumentar que é uma questão de tempo até que uma parcela do grupo se especialize no emprego do controle religioso. Logo, quando esse grupo destacado de indivíduos passa a exercer controle religioso sobre os

demais membros de uma comunidade, estabelece-se uma agência controladora religiosa ou, simplesmente, uma religião.

4.2.3. Agência controladora religiosa

Diante do exposto, a religião é definida por Skinner (1953/2005, 1978) como uma agência controladora que deriva seu poder de controle principalmente do uso de contingências raras ou acidentais, às quais se atribui uma alegada conexão com o sobrenatural (e.g., libertação do sofrimento terreno, mundo imaterial, deuses, criaturas místicas, reforçadores e punidores pós-vida etc.). Nas palavras do autor:

The control which defines a religious agency in the narrowest possible sense derives from a claimed connection with the supernatural, through which the agency arranges or alters certain contingencies involving good or bad luck in the immediate future or eternal blessedness or damnation in the life to come. Such a controlling agency is composed of those who are able to establish their claim to the power to intervene supernaturally. (Skinner, 1953/2005, p. 352)

Assim, uma agência controladora religiosa se estabelece e se mantém devido à alegação de que determinados indivíduos (e.g., xamã, bruxa, guia espiritual, curandeiro, pastor etc.) são capazes de alterar, mediar ou no mínimo prescrever certas condições para trazer “boa e má sorte no futuro próximo” ou “reforçadores e punidores pós-vida” para os indivíduos (Skinner, 1953/2005, 1969/2013, 1978).

O grau de interferência e apelo ao mundo sobrenatural por parte de uma agência controladora religiosa pode variar. Às vezes o sobrenatural é usado apenas para justificar a prescrição de certos comportamentos com consequências reforçadoras no mundo terreno (e.g., prática da meditação e oração como uma forma de lidar com os sofrimentos

da vida) e em outras é utilizado para demonstrar as consequências reforçadoras do pós-vida de determinado comportamento (e.g., seguir a doutrina religiosa para ter acesso a um pós-vida cheio de recompensas). Isso é observado no seguinte trecho:

Some religions are essentially systems of ethics; they prime social behavior which may prove to have reinforcing consequences. Some describe consequences said to follow in another world, the contingencies usually being under partial control of authorities in this one. (Skinner, 1989, p. 117)

Logo, chegamos a uma definição mais completa de *religião*: trata-se de um tipo de agência controladora que se utiliza de controle religioso (atribuição causal sobrenatural para eventos raros ou acidentais), sendo composta por membros supostamente capazes de intervir, mediar ou, no mínimo, prescrever formas de lidar adequadamente com essas causas sobrenaturais.

4.2.3.1. Aprendizagem e manutenção do comportamento religioso promovido pela Agência controladora religiosa

Para que o poder das agências controladoras religiosas seja garantido, é necessário que os indivíduos fiquem sob o controle de certos estímulos verbais religiosos (e.g., promessa do céu; uma reencarnação mais próspera na roda do Samsara; maldição e azar aos pecadores ou hereges etc.). Sobre esse ponto, Skinner argumenta que: “Religious education contributes to this power by pairing these terms with various conditioned and unconditioned reinforcers which are essentially those available to the ethical group and to governmental agencies” (Skinner, 1953/2005, p, 353). Um exemplo disso, encontrado em Holloway (2019), é a prática do *langar* em gurdwaras siques, que é uma refeição comunal onde qualquer indivíduo tem acesso à alimentação e, conseqüentemente, acesso

à doutrina religiosa sique. Logo, ao parear reforçadores condicionados e incondicionados com estímulos verbais religiosos, a educação religiosa exerce uma função essencial para o poder das agências controladoras religiosas.

Ainda, é possível observar que as agências controladoras religiosas utilizam o ambiente social e natural dos indivíduos para o ensino inicial de uma educação religiosa. Para Skinner (1953/2005, 1987a), esse uso de reforçadores (condicionados e incondicionados) disponíveis no contexto de uma comunidade (e.g., alimentação ou integração social) para reforçar e punir determinados comportamentos é comum não só em agências controladoras religiosas, mas também a agências controladoras ditas seculares.

Baseando-se nessa perspectiva, a aprendizagem da alegada conexão das agências controladoras religiosas com o sobrenatural decorre principalmente de uma educação religiosa. Talvez, por isso, muitas religiões insiram a educação religiosa já na infância (e.g., catequese, confirmação etc.), afinal, é a educação religiosa que permite ensinar em larga escala os comportamentos verbais de explicar a ocorrência de eventos acidentais ou raros por meio de causas sobrenaturais.

Além disso, essa educação religiosa permite a utilização de causas sobrenaturais para embasar e justificar o poder de controle da agência controladora religiosa. Justificativas sobrenaturais essas que apelam para consequências futuras, como encontrado no seguinte comentário skinneriano: “The consequences which lie in the possibly distant future are often cited to justify practices in government, religion, economics, education, and ethics.” (Skinner, 1978, p. 23) ou em: “By observing rules and obeying laws, people avoid punishment, either by their acquaintances or by a government or religion. The personal consequences that “justify” the rules or laws are indirect and usually long deferred.” (Skinner, 1987a, p. 25). Portanto, no caso do controle religioso de

uma agência controladora religiosa, ensina-se que as consequências reforçadoras para os indivíduos ou à comunidade do controle religioso seriam diferidas na vida terrena ou, até mesmo, só se apresentariam em um pós-vida.

A partir disso, a agência controladora religiosa formaliza e “cristaliza” as “regras sobrenaturais” advindas do controle religioso de uma comunidade. Tais “regras sobrenaturais” então são usadas para reforçar um conjunto de comportamentos ou normas, como visto no seguinte trecho:

Religious laws seem to have begun as statements about norms, but they became more than rules when supernatural sanctions were invoked in their support. What were presumably norms of the Jewish people, for example, became laws when formulated as the Ten Commandments. (Skinner, 1989, p. 43)

Na perspectiva skinneriana (Skinner, 1978, 1987a, 1989), essa formalização do controle religioso em regras sobrenaturais até pode ser útil para a comunidade e para os indivíduos (principalmente no início), porém, sempre terá como principal função a sobrevivência e aquisição de poder para a agência controladora religiosa.

Embora essas “regras sobrenaturais” não necessitem constituir relações entre eventos terrenos e eventos do “pós-vida”, a perspectiva skinneriana tende a enfatizar a análise do uso de reforçadores e aversivos do “pós-vida” como parte de uma educação religiosa eficiente. Sobre isso, temos nas palavras de Skinner o seguinte: “Heaven is portrayed as a collection of positive reinforcers and hell as a collection of negative, although they are contingent upon behaviour executed before death.” (Skinner, 1971, p. 134). Esses comportamentos verbais possuem uma riqueza de detalhes que possibilita o estabelecimento de contingências discriminativas entre o mundo terreno e o mundo celestial, sendo que os reforçadores e estímulos aversivos no primeiro mundo seriam ínfimos se comparados ao segundo mundo. Por exemplo, ensinam-se relações nas quais

certos comportamentos “terrenos” levariam ao Inferno (ambiente com inúmeros estímulos aversivos) e outros ao Paraíso (ambiente com inúmeros estímulos reforçadores ou, no mínimo, ausência de estímulos aversivos).

Segundo Skinner (1953/2005), esses estímulos aversivos e reforçadores do “pós-vida” tendem a ser muito mais poderosos (além de geralmente eternos) do que qualquer estímulo aversivo ou reforçador “terreno” (e.g., estímulos reforçadores e aversivos utilizados pela agência controladora governamental). Portanto, na perspectiva skinneriana (Skinner, 1971), na medida em que a educação religiosa passa a agir, esses estímulos do “pós-vida” tendem a suplantar a influência de estímulos “terrenos” no controle do comportamento do indivíduo, o que poderia explicar a insensibilidade de fiéis ao controle advindo de estímulos “terrenos” (e.g., optar morrer como um mártir).

Dessa maneira, a educação religiosa torna contingentes a esses comportamentos “terrenos” esses supostos estímulos reforçadores e aversivos do “pós-vida” (Skinner, 1953/2005, 1978, 1989). Nas palavras de Skinner (1953/2005): “In actual practice a threat to bar from Heaven or to consign to Hell is made contingent upon sinful behavior, while virtuous behavior brings a promise of Heaven or a release from the threat of Hell. The last is a particularly powerful technique” (p. 353). Portanto, a agência controladora religiosa classifica quais comportamentos “terrenos” são “morais” e quais são “imorais”. Isso ocorre por meio do ensino de que os “morais” levarão a reforçadores “pós-vida”, ou no mínimo a reforçadores diferidos, e os “imorais” não.

Essa classificação tende a aumentar a influência da agência controladora religiosa sobre os seus membros. Por exemplo, geralmente há um comportamento classificado como “moral ou virtuoso” nas religiões que é o de se expor aos ambientes da religião como: frequentar a igreja; seguir as recomendações do líder religioso; evitar socializar com membros não religiosos; isolamento monástico ou geográfico etc. Logo, a

classificação e o ensino de comportamentos “morais e imorais” condiciona os indivíduos a se comportarem de modo a aumentar a influência da agência controladora religiosa sobre eles.

Assim sendo, os fiéis aprendem a se comportar de determinado modo porque foram ensinados que assim eles irão adquirir consequências reforçadoras muito mais poderosas em longo prazo (e.g., consequências reforçadoras diferidas como apaziguamento do sofrimento terreno ou consequências reforçadoras do pós-vida como o Paraíso), são religiosos pois foram reforçados a serem (Skinner, 1956/1999b). No caso de uso de reforçadores e aversivos do pós-vida, é importante acrescentar que o que mantém esses comportamentos não é os ditos reforçadores “pós-vida”, mas sim as contingências verbais estabelecidas pelo ensino religioso. A fé, portanto, seria a “promessa” e não a “recompensa” propriamente dita.

O uso do condicionamento respondente também é importante no estabelecimento do poder da agência religiosa, pois: “Since emotion is usually an important means of religious control, respondent conditioning is important” (Skinner, 1953/2005, p. 354). Nesse uso do condicionamento respondente, estímulos religiosos eliciam emoções úteis para ampliar o controle religioso da agência (e.g., ritualísticas religiosas que envolvem privação sexual ou alimentar como na prática Hindu de negação do corpo e austeridade extrema). Na perspectiva skinneriana, o uso da ameaça de punição é um exemplo: “The bodily state resulting from the threat of punishment is named according to its source. When punished by one's peers it is called shame, when by a government guilt, and when by a religious agency a sense of sin” (Skinner, 1989, p. 78). Assim, a utilização do condicionamento respondente produz a culpa e o remorso, que ocorrem quando os estágios iniciais de comportamentos classificados pela religião como pecaminosos

tornam-se aversivos, depois de serem sistematicamente punidos ou pareados com eventos aversivos, criando-se assim o que comumente chamamos de sensação de pecado.

Ainda sobre isso, é possível que agências controladoras religiosas aperfeiçoem o uso de emoção para ampliar seu poder de controle, como Skinner argumenta nestes trechos: “Religious confession occurs because expiation is less aversive than a sustained sense of sin.” (Skinner, 1953/2005, p. 367) e: “One way to escape is to confess and take the punishment, but when the behavior on which a deferred punishment was contingent is not always clear, escape can be difficult” (Skinner, 1989, p. 78). Por isso, a confissão poderia ser descrita como uma forma de reduzir a sensação de angústia dos fiéis e, ao mesmo tempo, aumentar a influência da agência controladora religiosa. Com isso, a confissão reforçaria negativamente o comportamento dos fiéis de retornarem à igreja quando se sentissem angustiados e também permitiria à igreja ter acesso a informações exclusivas sobre os seus fiéis.

Nota-se então que as agências controladoras religiosas classificam e ensinam a distinção entre comportamentos “virtuosos e morais” de comportamentos “pecaminosos e imorais” (Skinner, 1953/2005). Os comportamentos classificados como “morais e imorais” até podem inicialmente ter tido uma relação com o contexto anterior não religioso e, portanto, ter contribuído com a sobrevivência do grupo (Skinner, 1953/2005, 1987a, 1989). Como destaca Skinner (1953/2005):

A child who starts to eat such a food receives powerful aversive stimulation from the group. “Good” and “bad” foods are eventually specified in ethical, religious, or governmental codes. When, now, through a change in climate or living conditions, or as the result of changing practices in the preparation and preservation of food, a “bad” food becomes safe, the classification may nevertheless survive. There is no longer any current return advantage to the

group to explain why eating a particular food is classified as bad. The classification may be especially puzzling if the group has meanwhile invented an explanation for it. (p. 417)

Um bom exemplo dessa possibilidade supracitada são os benefícios que os hindus passaram a receber ao utilizar o gado para agricultura e demais fins em vez de o consumir para a alimentação (Harris, 1974). Porém, na medida em que os contextos social e natural se modificam, tais comportamentos “morais” correm o risco de tornarem-se obsoletos e até mesmo prejudiciais para o indivíduo e para o grupo.

Há ainda outras questões que podem controlar a classificação de um comportamento como “moral ou imoral”. Algumas que Skinner (1953/2005, 1989) cita são: simplesmente aumentar o poder da agência controladora (e.g., na Idade Média temos a venda de indulgências pela Igreja Católica); o papel do acaso na seleção de certos comportamentos em detrimento de outros (e.g., um desastre natural que destruiu a casa de algum[ns] membro[s] da comunidade que possuíam determinado comportamento específico). Há ainda a incorporação de comportamentos idiossincráticos de um indivíduo importante para agência controladora: “The techniques which a saint employs to control himself may become part of the established practices of a religious agency.” (Skinner, 1953/2005, p. 426).

Embora o controle exercido pelo grupo e pela agência controladora governamental também ensine distinções entre “bom e ruim” ou “legal e ilegal”, a distinção “moral e imoral” ensinada pelas agências controladoras religiosas tende a ser mais inflexível, criteriosa e insensível às consequências. Isso ocorre pela forma que os comportamentos “terrenos” são associados a reforçadores e aversivos “pós-vida” e a causas sobrenaturais (e.g., autoridade divina ser mais poderosa que a autoridade mundana), como explicado anteriormente. Sobre essa rigidez e insensibilidade às consequências, Skinner argumenta:

“Variables are manipulated in ethical control because of some current threat to the welfare of a member of the group, but the religious agency maintains its practices according to more enduring criteria of virtuous and sinful behavior” (Skinner, 1953/2005, p. 356). Logo, nessa perspectiva, os governos, as comunidades e as religiões se portam de modo semelhante, porém, dessas três, a religião seria a menos suscetível a mudanças na classificação de comportamentos “morais e imorais”.

Por fim, as agências controladoras religiosas buscam constantemente modificar o ambiente para reforçar comportamentos classificados como “morais” (e.g., doutrinas como ir à missa nos sábados, peregrinar à Meca, seguir a doutrina Sique dos cinco Ks etc.) e, concomitantemente, punir ou extinguir comportamentos classificados como “imorais” (e.g., proibir o consumo de bebida alcoólica, proibir matar determinados animais etc.) (Skinner, 1953/2005). A partir disso, Skinner (1987a, 1989) argumenta que se estrutura um código moral que funciona como um “guia” para os crentes, algo útil para os indivíduos e para a comunidade, porém, há também o aumento e aprimoramento do poder de controle da agência religiosa e, conseqüentemente, sua influência sobre a toda a comunidade.

4.2.3.2. A função do autocontrole na “luta contra o mal”

Até o momento, analisou-se pela perspectiva skinneriana como as agências controladoras religiosas buscam continuamente aumentar a probabilidade de emissão de comportamentos “morais e virtuosos” e diminuir e extinguir a probabilidade de emissão de comportamentos “imorais e pecaminosos”, o que aumenta o seu poder de controle. Porém, nenhuma agência controladora religiosa, por mais influente que seja, pode ser onipotente, onipresente e onisciente. Por isso, o ensino de um repertório de autocontrole

tem uma função importante para a religião, possibilitando o controle religioso, mesmo na ausência de representantes da agência religiosa:

The religious agency usually establishes a repertoire of obedience for future use, and it may also set up extremely powerful self-control to guarantee a measure of controlled behavior in the absence of the religious agent. The latter is one of the consequences of an emphasis on punishment. (Skinner, 1953/2005, p. 356)

Nota-se que o repertório de autocontrole possibilita uma ampliação da obediência ao controle religioso, que já não depende da vigilância constante de membros da agência controladora. Para além da ampliação do poder da agência, esse repertório de obediência permite que as agências controladoras religiosas mantenham o controle religioso em situações futuras imprevisíveis, nas quais os fiéis não têm um repertório religioso estabelecido (Skinner, 1953/2005). Por exemplo, digamos que uma nova problemática social imprevisível surja, como por exemplo o estabelecimento de contato com a vida alienígena ou em qual candidato de uma eleição o fiel deve votar. Mesmo que os fiéis nunca tenham sido explicitamente preparados, por meio da educação religiosa, para lidar com essa situação, eles foram ensinados a obedecer ou no mínimo a considerarem às recomendações de seus líderes religiosos, independentemente da situação. Assim sendo, a agência controladora religiosa pode adaptar-se mais rapidamente a essa nova situação, influenciando o comportamento de seus fiéis e, indiretamente, o comportamento da comunidade sobre a nova problemática. Nas palavras de Skinner (1953/2005):

By establishing obedient behavior, the controlling agency prepares for future occasions which it cannot otherwise foresee and for which an explicit repertoire cannot, therefore, be prepared in advance. When novel occasions arise to which the individual possesses no response, he simply does as he is told. (p. 337)

Além da função de aumentar a influência de uma agência controladora sobre o comportamento dos indivíduos, um repertório de comportamentos de autocontrole possibilita lidar com problemáticas levantadas pela sensibilidade filogenética dos seres humanos a reforçadores imediatos (Skinner, 1953/2005, 1978, 1987a). Essa é uma das razões pela qual a religião, a psicoterapia e o conhecimento popular possuem e desenvolvem técnicas para estabelecer o comportamento de autocontrole nos indivíduos (Skinner, 1953/2005, 1956/1999b). Afinal, comportamentos de autocontrole possibilitam a diminuição da probabilidade de emissão de comportamentos imediatistas e egoístas e favorecem o aumento da probabilidade de emissão de comportamentos cooperativos ou de comportamentos controlados por consequências diferidas, por exemplo.

Embora o autocontrole possa ser desenvolvido sem uma cultura, é somente no contexto cultural que se pode alcançar um repertório de autocontrole amplo:

The inanimate environment may establish some degree of self-control—for example, the individual may learn not to eat a delicious but indigestible food—but by far the greater part of self-control is culturally determined, particularly by ethical, religious, and governmental agencies. (Skinner, 1953/2005, p. 423)

O modo por o qual as agências e a comunidade fazem isso pode ser diferente. No caso da religião, Skinner (1953/2005) argumenta que ela tende a se utilizar principalmente da punição de comportamentos relacionados a reforçadores imediatos ou com comportamentos classificados como “pecaminosos” e “imorais”.

4.2.3.3. As funções da religião para a comunidade e para os indivíduos

Como observado, as religiões são agências controladoras que justificam o seu poder por meio de uma alegada conexão com o sobrenatural. Essas agências buscam

aumentar a probabilidade de emissão de comportamentos classificados como “morais e virtuosos”, utilizando-se de técnicas de controle poderosas, busca essa que se dá em grande maioria pelo uso de técnicas de controle punitivas (Skinner, 1953/2005, 1987a). Embora haja uma primazia do uso de técnicas de controle aversivo por parte das agências controladoras religiosas, Skinner argumenta que esse controle também produz consequências positivas para a comunidade e para os indivíduos, o que pode ser observado no seguinte trecho:

The sanctions are usually punitive: One pays taxes to a government or contributes to a religion because punishment of some sort will follow if one does not. But positive consequences also usually follow —security and order in the case of government, and peace of mind and answers to puzzling questions in the case of religion. These positive consequences are sometimes called the justifications of governments and religions. (Skinner, 1987a, p. 6-7)

De todo modo, comportamentos de autocontrole e “virtuosos e morais” são reforçados, e comportamentos imediatistas, impulsivos ou “pecaminosos e imorais” são punidos e extintos. Uma consequência disso é o aumento da influência da agência controladora sobre a comunidade, que é a prioridade da agência controladora religiosa. Porém, existem subprodutos desse controle religioso, os quais trazem consequências consideradas positivas e relevantes para a comunidade como um todo.

Inclusive, essa relação entre os subprodutos benéficos para a comunidade e as consequências maléficas do uso de técnicas de controle aversivo, por parte das agências controladoras religiosas, é discutida por Skinner (1978). Para ele, as práticas religiosas têm se tornado menos aversivas, porém, isso tem ocasionado um número menor de fiéis e uma comunidade menos suscetível a consequências remotas. Skinner (1956/1999b, 1978) argumenta que isso tem ocorrido devido ao contracontrole realizado pela influência

da “literatura da liberdade”. Assim, embora a redução da aversividade seja evidentemente benéfica, a busca pela eliminação de *qualquer* condição aversiva pode destruir formas de controle úteis em estabelecer um repertório de autocontrole e uma suscetibilidade a consequências remotas (Skinner, 1978).

Independente dessa ressalva, como supracitado, o ensino e classificação de comportamentos “virtuosos e morais” e “pecaminosos e imorais”, realizados pelas técnicas de controle da agência controladora religiosa, permite que os indivíduos desenvolvam e mantenham comportamentos de autocontrole (Skinner, 1953/2005, 1978). Comportamentos esses que dificilmente seriam emitidos na ausência de contingências sociais (Skinner, 1953/2005). Portanto, de um modo geral, as agências controladoras religiosas criam indivíduos com um repertório de autocontrole mais refinado, além de torná-los mais disciplinados, unidos, cooperativos e com maior tendência a considerar aversivos os estímulos classificados como “pecaminosos” (e.g., egoísmo, traição, assassinato, outros códigos morais etc.), mesmo na ausência de um representante da agência religiosa (Skinner, 1953/2005, 1971, 1974, 1978). Esse condicionamento facilita o convívio de um grupo, favorecendo assim a sobrevivência da comunidade e das suas práticas culturais, ao custo de restringir o acesso dos indivíduos que compõem o grupo a certos reforçadores, geralmente primários, imediatos ou “egoístas”.

Essas contribuições advindas do controle religioso de uma agência controladora religiosa são especialmente úteis em comunidades complexas e populosas. No texto *News from Nowhere, 1984*, há o seguinte diálogo fictício entre George Orwell e Franzier (idealizador do Walden II):

They are miniature states. They must be small if they are to be experimental. Where else is one to start who is not the head of a government, religion, or industry? Where has any science started, or any art or music? The trick is to stay

small. Walden Two works because it is small. Cities need police forces just because they are big, because face-to-face control of decent personal behavior is impossible. Why be nice to anyone in a big city? Why not do shabby work if your next job will come from an ad in the Yellow Pages? Nothing but an organized punitive system will replace face-to-face censure and criticism, and nothing at all can replace commendation and gratitude. (Skinner, 1985/1987a, p. 44)

Em vista disso, os códigos morais religiosos advindos dessas regras sobrenaturais, estabelecidas pelo controle religioso de uma agência controladora religiosa, são úteis e, talvez, até necessários para organizar e ordenar grandes e complexas comunidades.

Outra consequência que pode ser considerada positiva, advinda do controle religioso, é que as regras sobrenaturais oferecem respostas para as questões enigmáticas da experiência humana (e.g., Qual o sentido da vida? De onde viemos? etc.) (Skinner, 1987a). Há ainda algumas religiões que relacionam a morte com o comportamento verbal de uma promessa de pós-vida, fazendo com que o medo da morte seja menos aversivo (Skinner, 1971). Esse condicionamento poderia tornar os indivíduos mais propensos a se arriscarem por sua comunidade ou, pelo menos, pela agência controladora religiosa. Também poderia mitigar possíveis efeitos aversivos advindos da morte de uma pessoa próxima. Ademais, isso pode tornar os indivíduos mais propensos a realizarem comportamentos em prol do grupo. Skinner (1971) argumenta que: “It is the prospect of personal annihilation. The individualist can find no solace in reflecting upon any contribution which will survive him.” (p. 205). Logo, pessoas com comportamentos individualistas não possuem essa relação para lidar com o medo da morte e isso pode ser uma desvantagem em comparação com os comportamentos de um indivíduo religioso.

Outro aspecto sobre a religião é que ela, em conjunto com o controle grupal ético e com o controle governamental, tende a classificar a violência física e o uso da força como “ruim, imoral ou ilegal”, devido a suas consequências aversivas imediatas (Skinner, 1953/2005, 1956/1999a). Assim sendo:

Countermeasures become part of the ethical practices of our group, and religious agencies support these measures by branding the use of physical force immoral or sinful. All these measures which oppose the use of physical force are thus explained in terms of the immediate aversive consequences. (Skinner, 1953/2005, p. 444)

Assim, Skinner (1953/2005, 1956/1999a, 1974, 1987a) sugere que o controle de uma agência religiosa pode ser uma das variáveis que fortalecem contingências que reduzem comportamentos violentos e agressivos entre os membros de um grupo. Isso se explica porque: “The contingencies became more powerful when they were codified in the religious and governmental warnings, directions, and instructions called laws. By obeying the law a person avoids punishment.” (Skinner, 1974, p. 50). Essa mesma argumentação também aparece no texto *Freedom and the Control of Men* (Skinner, 1956/1999a):

The first step in a defense against tyranny is the fullest possible exposure of controlling techniques. A second step has already been taken successfully in restricting the use of physical force. Slowly, and as yet imperfectly, we have worked out an ethical and governmental design in which the strong man is not allowed to use the power deriving from his strength to control his fellow men. He is restrained by a superior force created for that purpose— the ethical pressure of the group, or more explicit religious and governmental measures. (Skinner, 1956/1999a, p. 11)

Outra função das agências controladoras religiosas é poder ajudar a perpetuar determinadas práticas culturais (costumes e maneiras) não-religiosas, desde que estejam de acordo com a classificação de comportamentos “morais e imorais” (Skinner, 1953/2005). Por exemplo, uma parceria entre uma organização não-governamental filantrópica secular e uma igreja cristã para auxiliar as pessoas em condição de vulnerabilidade social ou o então incentivo financeiro de artistas. Logo, de acordo com a perspectiva skinneriana nada impede que uma agência controladora governamental (ou qualquer outro tipo de agência controladora) e uma agência controladora religiosa unam-se para ampliar a sua influência sobre a comunidade.

As religiões também mantêm diversas práticas culturais que descrevem e ensinam a planejar uma cultura (e.g., utilização de livros sagrados, parábolas e fábulas que ensinam os códigos morais “virtuosos” a serem seguidos), com o objetivo de ensinar quais práticas culturais devem ser estabelecidas e como isso pode ser alcançado (e.g., as prescrições do Alcorão sobre quais alimentos e bebidas podem ou não podem ser consumidos) (Skinner, 1953/2005, 1956/1999a). Skinner cita o exemplo da religião judaica e da religião cristã no seguinte trecho: “The Ten Commandments were a codification of existing and proposed practices according to which, henceforth, behavior was to be reinforced or punished by the group or by the religious agency” (Skinner, 1953/2005, p. 427). Logo, os 10 Mandamentos poderiam servir como um “manual” de planejamento cultural para a comunidade, indicando quais práticas culturais deveriam ser reforçadas e quais punidas e extinguidas.

É possível observar que as agências religiosas, assim como outras agências controladoras, buscam manipular o ambiente social e modificar práticas culturais para aprimorar o ser humano de acordo com as suas classificações do que é “bom, moral ou

legal” e “ruim, imoral ou ilegal” (Skinner, 1953/2005, 1956/1999a). Isso é algo que trouxe inúmeras contribuições para a humanidade, como ressalta Skinner:

Religious faiths have been responsible for beautiful architecture, music, painting, sculpture, prose, and poetry. They have held people together in durable communities. At times they have helped people behave well toward each other and manage their own lives more successfully. (Skinner, 1987b, p. 2)

Portanto, na perspectiva de Skinner (1956/1999a, 1978), essa busca incessante para tornar o comportamento do ser humano mais “bom, moral e legal” trouxe mudanças culturais que, hoje em dia, consideramos valiosas.

Dito isso, encontra-se um padrão entre as agências controladoras (religiosas e seculares): “Governmental, religious, educational, economic, and social reforms follow a common pattern. [...] The underlying hypothesis is always the same: that a different physical or cultural environment will make a different and better man.” (Skinner, 1956/1999a, p. 4). Essa premissa de que uma modificação no ambiente físico e cultural é um dos modos de aprimorar o ser humano, é compartilhada por uma concepção analítico-comportamental.

Outro ponto a ser mencionado é que as técnicas de controle da religião são variáveis que compõem o contexto cultural de um indivíduo, influenciando assim os seus comportamentos e o que, no senso comum, chamamos de personalidade. Por exemplo, no capítulo “*Culture and Control*”, Skinner (1953/2005) argumenta que a religião pode influenciar inúmeros comportamentos individuais, como o aumento da produtividade laboral, a repressão de comportamentos sexuais, o estabelecimento de um repertório de autocontrole, entre outros.

Há também o comentário skinneriano a respeito das práticas culturais defendidas por agências controladas religiosas, em que argumenta que elas tendem a serem práticas

culturais já estabelecidas na cultura da comunidade, isto é, são práticas culturais conservadoras. Isso pode ser observado no seguinte trecho: “In any case, the adolescent of today is affected by conflicting techniques which show a transition from one cultural practice to the other. In general, religious and governmental controls still follow the earlier pattern.” (Skinner, 1953/2005, p. 421). Assim, Skinner afirma que essa influência da agência controladora religiosa, assim como da agência controladora governamental, tende a defender práticas culturais já estabelecidas em detrimento de novas práticas culturais. Se considerarmos essa opinião do Skinner, é fácil compreender o frequente alinhamento entre agências controladoras religiosas e grupos políticos conservadores.

4.2.3.4. A(s) religião(ões) e a interação com agências controladoras “mundanas”

Até o momento, a relação entre as agências controladoras religiosas e as demais agências controladoras foi analisada de modo superficial, assim, este tópico pretende aprofundar a análise dessas relações. É possível perceber que, na perspectiva skinneriana, as agências controladoras religiosas estão constantemente se relacionando com demais agências controladoras. Por isso, as agências controladoras religiosas podem contracontrolar, serem contracontroladas ou unirem-se com outras agências para ampliar seu poder de controle.

Uma das agências controladoras com quem a religião mais se relaciona é a governamental. No capítulo *Government and Law*, Skinner (1953/2005) comenta que a religião pode servir como uma base de apoio do controle governamental. Isso ocorre porque as técnicas de controle religioso podem ser uma das fontes do poder de punir da agência controladora governamental e, assim, por meio da pressão religiosa, servir de justificativa para o recrutamento de mão de obra do governo (e.g., militares, cruzados,

policiais, milícias etc.) para exercer o seu poder de punição. Ademais, a agência controladora religiosa também pode colaborar com o ensino e manutenção do comportamento de seguir leis, um comportamento que é útil para maximizar o controle da agência governamental.

Como dito anteriormente, as técnicas de controle religioso são adequadas para desenvolver repertórios de obediência e autocontrole nos indivíduos, repertórios esses que também podem ser utilizados pela agência controladora governamental no que tange ao seguimento de leis e à obediência ao governo. Esse fato de o Estado poder ganhar poder com a religião pode explicar a dificuldade de se defender e estabelecer um Estado realmente laico.

O “empréstimo” das técnicas de controle religiosas é útil para a agência governamental porque ela dificilmente consegue estabelecer sozinha o cumprimento das leis, por parte de seus cidadãos, em comunidades muito complexas e heterogêneas. Nas palavras de Skinner (1953/2005):

In asserting that “ignorance of the law is no excuse,” the governmental agency leaves the actual conditioning of the individual to others. Parents and friends establish minor contingencies which keep behavior within legal bounds, and the governmental function may also be actively supported by the ethical group and by religious and educational institutions with their appropriate techniques (Skinner, 1953/2005, p. 339)

Portanto, o governo “terceiriza” o seguimento das leis ao resto da comunidade, sendo que a religião pode ser uma das variáveis que amplifica o poder de controle da agência controladora governamental (Skinner, 1953/2005).

Como, em certa medida, uma das fontes de poder tanto das agências religiosas como das agências governamentais é o controle grupal ético, é comum e provável que

haja uma sobreposição entre as agências religiosas e governamentais. Nas palavras de Skinner: “Since religious control often derives support from the same source (Chapter XXIII), it is not unusual to find a considerable overlap in the composition of religious and governmental agencies” (Skinner, 1953/2005, p. 336). Por exemplo, o que é “legal ou moral” tem alguma relação, ao menos inicialmente, com o que é “bom” para o grupo (e.g., o mandamento “não matarás”), o que pode permitir uma sobreposição entre governo e religião. Tal possibilidade pode apresentar problemas: “In a totalitarian state all agencies are brought together under a single superagency. A state religion conforms to governmental principles.” (Skinner, 1953/2005, p. 440). Logo, caso os princípios e valores religiosos estejam de acordo com os princípios e valores de uma agência governamental, religião e Estado podem não apenas coexistir, mas se apoiarem, até mesmo quando a agência governamental for um regime totalitário (e.g., nazismo), possibilitando assim o estabelecimento de uma superagência controladora.

Sobre a agência controladora educacional, já foi analisado na seção **“4.2.3.1. Aprendizagem e manutenção do comportamento religioso promovido pela Agência Controladora Religiosa”** como as técnicas educacionais podem ser úteis para a eficácia do controle religioso. Por exemplo, o uso de técnicas de controle educacional permite à agência controladora religiosa ensinar comportamentos de autocontrole aos indivíduos. Assim, o indivíduo passa a se comportar de modo “virtuoso ou moral” mesmo na ausência dos membros do grupo ou da agência controladora religiosa.

Para isso, além de suas técnicas de controle próprias (e.g., relação entre comportamentos acidentais ou raros com demais comportamentos; alegado poder de recomendação ou alteração dessas relações acidentais ou raras com atribuição sobrenatural), a agência controladora religiosa pode se utilizar da estruturação de uma agência educacional para suplementar o seu poder de controle. Por exemplo, um

seminário de padres onde há uma estrutura educacional (professores, alunos, disciplinas etc.) e tudo isso sendo regida por princípios religiosos. Essa suplementação aumenta o poder da agência controladora religiosa. Segundo Skinner (1953/2005), isso se dá porque há uma diferença entre o reforço direto de um comportamento “moral e virtuoso” e o ensino advindo de uma educação religiosa, como por exemplo a catequese.

Percebe-se, então, que é comum a religião financiar e instrumentalizar agências controladoras educacionais como orfanatos, escolas privadas, dentre outras (Skinner, 1953/2005, 1978). Esse financiamento gera duas grandes vantagens para a agência controladora religiosa: I – Amplia a eficácia do controle religioso, pois a educação religiosa realizada nessas agências controladoras educacionais ensina e reforça repertórios comportamentais úteis para a agência religiosa (e.g., autocontrole); II – Permitir a agência controladora religiosa contracontrolar qualquer influência por parte das agências educacionais que desafie a classificação de comportamentos “morais e imorais” da religião. Tal argumentação é vista no seguinte trecho: “The college supported by a religious agency engages in appropriate religious instruction and must not establish behavior opposed to the interests of the agency.” (Skinner, 1953/2005, p. 411). Isso pode ser explicado pelo fato de que se a agência educacional ensina comportamentos que destoam daqueles classificados como “morais e virtuosos”, ela para de receber o seu financiamento e apoio. Por fim, há uma ressalva necessária a ser feita sobre essas duas vantagens supracitadas: somente quando a agência controladora religiosa possuir influência suficiente na agência controladora governamental que ela terá condições de usufruir essas vantagens. Afinal, na grande maioria das comunidades, as agências controladoras educacionais são subordinadas ao governo e, portanto, o aumento de influência sobre essas agências requer a inserção de membros religiosos na agência controladora governamental.

A respeito da relação governo-religião-educação, Skinner (1953/2005) argumenta que a educação e a religião podem substituir as funções de uma agência governamental:

When the governmental structure of the United States was being designed, the advocates of a minimal government could point to effective religious and ethical controls; if these had been lacking, a program of *laissez faire* would have left the people of the country to other controlling agencies with possibly disastrous results. (Skinner, 1953/2005, p. 440)

Portanto, na perspectiva skinneriana, uma comunidade pode ser “próspera” sem ou com uma mínima influência governamental, desde que haja outras agências que substituam ou ocupem o lugar do Estado. Neste caso, uma delas pode ser a agência controladora religiosa.

Há ainda outras duas agências controladoras que se relacionam com as agências religiosas: a econômica e a psicoterapêutica. Sobre a relação com a economia, à medida que o poder de controle das agências controladoras religiosas aumenta, a agência religiosa irá buscar diversificar as suas técnicas de controle (Skinner, 1953/2005). Logo, na perspectiva skinneriana, a religião pode e irá suplementar o seu poder de controle com o uso de técnicas de controle econômico. Uma situação na qual isso ocorre é o já mencionado financiamento de instituições educacionais, que depende do poder econômico que a religião possui.

Apesar de se utilizar das técnicas de controle econômico, as agências religiosas também podem ser responsáveis por contracontrolar a agência econômica. Por exemplo, quando ganhos econômicos excessivos por parte individual ou de um grupo específico, que são valores típicos de uma agência econômica capitalista, são classificados como “imorais” por uma religião em particular.

Portanto, uma das funções da agência controladora religiosa pode ser a de limitar o poder da agência controladora econômica. Assim sendo, Skinner argumenta:

Acquisitive or possessive behavior which leads to group retribution only in a competitive situation and is elsewhere classified as good may be wholly suppressed, regardless of the circumstances, by the religious agency which demands a vow of poverty or enjoins the communicant not to lay up treasures on earth. The boastful behavior of the Pharisee, which encounters only moderate group censure, is suppressed in favor of humility and modesty. (Skinner, 1953/2005, p. 356)

Algumas religiões fazem isso por meio do reforço de comportamentos classificados como “morais” e “virtuosos” (e.g., humildade, caridade etc.) e punindo comportamentos classificados como “imorais” e “pecaminosos” (e.g., ganância, suborno etc.).

Por fim, há a relação entre religião e psicoterapia. Dentre todas as agências controladoras supracitadas, a psicoterapia é a que tem uma relação mais conflituosa com as agências controladoras religiosas. Como já analisado, a religião tende a dar primazia ao uso da punição em suas técnicas de controle, além de, em conjunto com o governo, ter uma tendência conservadora no que diz respeito a mudanças de práticas culturais (Skinner, 1953/2005). Tais características seriam opostas à psicoterapia, que tem como principal objetivo diminuir os excessivos efeitos colaterais aversivos das técnicas de controle utilizadas por outras agências controladoras, algo que é útil para o indivíduo e até mesmo para as próprias agências controladoras¹² (Skinner, 1953/2005).

¹² Não faz parte do escopo desta pesquisa descrever os benefícios da agência psicoterapia para a comunidade e até mesmo as próprias agências controladoras que a ela se opõem. Uma análise mais aprofundada dessa discussão é encontrada no capítulo “Psychotherapy” (Skinner, 1953/2005).

Portanto, para a agência controladora religiosa, a psicoterapia tende a ser considerada imoral ou pelo menos amoral (Skinner, 1953/2005). Um bom exemplo dessa relação conflituosa entre religião e psicoterapia são as discussões sobre direitos LGBTQ+. A psicoterapia terá uma tendência a se posicionar em favor da aquisição de direitos para pessoas LGBTQ+, pois isso reduzirá os efeitos aversivos que afetam o cotidiano dessas pessoas. Já as religiões, ao menos as que classificam comportamentos não cisheteronormativos como “imorais”, teriam uma tendência a se posicionar contrariamente à aquisição de direitos para pessoas LGBTQ+, pois isso afetaria diretamente a eficácia de seu poder de controle. É importante destacar que nessa perspectiva, a análise gira em torno de um embate por poder de influência na comunidade, pelas agências controladoras.

Como observado, além de buscar diminuir a eficiência de técnicas de controle punitivas, a agência psicoterapêutica também busca diminuir o uso dessas mesmas técnicas de controle. Nas palavras de Skinner (1953/2005):

Very frequently this punishment has been administered by religious or governmental agencies. There is, therefore, a certain opposition between psychotherapy and religious and governmental control. The opposition is also seen when the psychotherapist advocates changes in established controlling techniques (p. 371)

Portanto, a psicoterapia tende a se posicionar de modo mais progressista em relação às mudanças de práticas culturais (Skinner, 1953/2005)¹³.

¹³ Embora Skinner defenda o antagonismo entre psicoterapia e religião, vemos que no Brasil há um movimento considerável de “psicólogos cristãos”. Isso indica a possibilidade de que a psicoterapia pode sim ter uma postura amistosa para com a religião e, até mesmo, uma atitude dita conservadora em relação a práticas culturais emergentes.

Uma característica comum a todas as agências controladoras supracitadas é que elas constantemente competem entre si e entram em conflito, algo observado no seguinte trecho: “Governments compete with other governments, religions with other religions or unbelievers, and businesses and industries with other businesses and industries.” (Skinner, 1989, p. 119). Tal disputa ocorre, porque, as agências controladoras pautam as suas técnicas de controle em princípios e valores distintos e, além disso, buscam constantemente aumentar o seu poder de controle.

Como exemplo, pode-se citar que o que pode ser “legal” para um governo, pode ser “imoral” para uma religião. Cabe ressaltar que as agências controladoras (e.g., religiosas, econômicas, governamentais etc.) também não são homogêneas e, assim, pode haver conflito no âmbito de uma mesma agência. Portanto, uma religião pode considerar um comportamento como “imoral” enquanto outra pode classificar esse mesmo comportamento como “moral”, ou simplesmente não tratá-lo como sendo “imoral”. Um exemplo disso é a proibição do consumo da carne de porco por judeus e muçulmanos e a liberdade que católicos tem para consumir este alimento.

No caso das agências religiosas, como mencionado anteriormente, é normal que elas tenham conflitos com a psicoterapia (Skinner, 1953/2005). Skinner também comenta que uma disputa ocasional pode ocorrer contra a agência controladora governamental:

Different institutions or agencies of control may operate in conflicting ways; secular education often conflicts with religious education, and government with psychotherapy, while economic control is characteristically divided among many groups which wield their power in different ways. (Skinner, 1953/2005, p. 419-420)

Diante desse trecho, é importante ressaltar que, na perspectiva skinneriana, nada impede que as agências controladoras religiosas entrem em conflito com as demais agências controladoras (e.g., econômicas, educacionais etc.) ou se unam a elas.

Um ponto interessante sobre essa constante disputa por influência sobre a comunidade é que ela serve como uma forma de limitação do poder das agências controladoras (Skinner, 1953/2005). Assim, por exemplo, os efeitos do controle da religião são contracontrolados pelo controle da psicoterapia e pelo controle do governo. Do mesmo modo, a religião contracontrola essas duas agências controladoras. Logo, esse pluralismo de agências controladoras possivelmente permite a diminuição da probabilidade do estabelecimento de uma superagência controladora totalitária.

4.2.3.5. Críticas ao controle da agência controladora religiosa

Realizada a descrição do que seria a religião de acordo com a perspectiva skinneriana, agora é possível compreender as problemáticas da existência de uma agência controladora religiosa e as críticas que Skinner teceu ao longo de seus livros sobre esse tema. Para Skinner (1953/2005, 1974, 1987b), existem três grandes problemáticas que podem surgir devido à existência de uma agência controladora religiosa muito poderosa:

- I - O poder de controle pode ser utilizado para ganhos de interesses próprios da agência;
- II – As técnicas de controle das agências controladoras são poderosas e podem ser mal utilizadas, trazendo desvantagens para os indivíduos e para o grupo;
- III – A agência religiosa pode adquirir tanto poder de controle a ponto de tornar-se uma superagência.

Antes de qualquer discussão, cabe fazer uma ressalva de que as problemáticas apresentadas por Skinner, no que tange às agências controladoras religiosas, podem ser utilizadas, e de fato são, para criticar também outras agências. Esses são, portanto,

problemas de qualquer agência controladora. Desse modo, essas problemáticas não são inerentes à religião. Esse argumento é defendido por Skinner quando ele cita a religião como uma (mas não a única) das agências controladoras em que se podem observar as problemáticas supracitadas: “As in religious, governmental, or psychotherapeutic control, economic power may be used to further the special interests of those who possess it” (Skinner, 1953/2005, p. 400); ou ainda: “The techniques available to religious and governmental agencies are extremely powerful, and they are frequently misused with disadvantageous results both to the individual and to the group.” (Skinner, 1953/2005, p. 372); e, por fim: “In a totalitarian state all agencies are brought together under a single superagency. A state religion conforms to governmental principles”. (Skinner, 1953/2005, p. 440).

Outra crítica frequente às agências controladoras, às seculares e às religiosas, é a descrença de Skinner na capacidade de as agências controladoras conseguirem planejar práticas culturais eficientes para lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie, justamente por elas priorizarem a sua própria sobrevivência e a aquisição de poder. Tal discussão é observada no seguinte trecho:

If the futures of governments, religions and capitalistic systems were congruent with the future of the species, our problem would be solved. When a certain behavior was found to endanger the species, the institutions would declare it illegal, sinful or too costly, respectively, and would change the contingencies they impose. Unfortunately, the futures are different. [...] Governments, religions, and capitalistic systems, whether public or private, control most of the reinforcers of daily life; they must use them, as they have always done, for their own aggrandizement, and they have nothing to gain by relinquishing power. Those institutions are the embodiments of cultural practices that have come into

existence through selection, but the contingencies of selection are in conflict with the future of the human species. (Skinner, 1987a, p. 7)

Portanto, na perspectiva skinneriana, as agências controladoras, as religiosas e as seculares, não estariam aptas a lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie (e.g., problemas populacionais, problemas ambientais, possibilidade de guerra nuclear etc.). Isso se dá, pois, de acordo com a argumentação skinneriana (Skinner, 1987a, 1989), as resoluções dessas problemáticas perpassariam por um planejamento cultural que ameaçaria o poder de controle das agências controladoras e, até mesmo, a própria sobrevivência delas:

Design is only a first step, however. Designs must be put into effect, and only by those who can do so effectively. That means governments, religions, and economic enterprises, which control most of the conditions under which we all live. They, however, are under the control of consequences affecting their own survival, which are much less remote and hence more powerful than the survival of the species. Moreover, the effects of these consequences are usually in conflict with it. (Skinner, 1989, p. 118-119)

Logo, para Skinner (1987a), mesmo que houvesse um planejamento cultural eficiente para lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie, e que ele fosse implantado de modo gradual e lento, as agências controladoras, ameaçadas, colocariam-se como contrárias a essas propostas. Isso decorre da incongruência entre a sobrevivência das agências controladoras e a resolução de problemáticas referentes ao futuro da espécie.

Ainda, há uma crítica inerente às agências controladoras religiosas sobre a questão da oposição entre os interesses das agências controladoras e a resolução das problemáticas referentes ao futuro da espécie. O seguinte trecho pode ilustrar essa crítica:

When the predicted consequences of our behavior are punishing, we must prevent or escape from them. But it is often easier to escape in other ways—by ignoring or forgetting the advice or by finding a way to escape that does not require solving the problem. Recent apocalyptic thinking in America has taken the latter line. We are said to be in “the last days.” Because our future lies in another world, this world is expendable. Nothing need be done about it. (Skinner, 1987a, p. 5)

Desse modo, Skinner (1987a, 1989) argumenta que o uso de controle por meio de contingências relacionadas ao pós-vida pode tornar os indivíduos insensíveis às problemáticas referentes ao futuro da espécie e possibilitar argumentações de que o mundo terrano é passageiro e, portanto, dispensável.

Além dessas problemáticas inerentes a qualquer agência controladora, existem efeitos aversivos que podem surgir pelo uso excessivo ou inconsistente das técnicas de controle. O controle de uma agência controladora, religiosa ou secular, pode produzir efeitos colaterais nos indivíduos, como ressaltado por Skinner (1953/2005):

The control exercised by the group and by religious and governmental agencies, as well as by parents, employers, associates, and so on, restricts the selfish, primarily reinforced behavior of the individual. It is exercised for just that reason. Certain by-products, however, are not to the advantage of the controller and are often harmful both to the individual and to the group (p. 359)

Isso ocorre, no caso da religião, porque de um modo geral, ela tende a punir e a extinguir comportamentos controlados por reforçadores primários ou “egoístas”, limitando a individualidade em prol da coletividade.

Desse jeito, quando a agência controladora religiosa utiliza técnicas de controle aversivas em excesso ou de modo inconsistente, ela pode produzir efeitos colaterais

indesejáveis tanto para o indivíduo controlado como para a comunidade (Skinner, 1953/2005, 1987a). Por exemplo, o condicionamento respondente de estímulos classificados como “ímorais” elicia respostas emocionais geralmente classificadas como medo, ansiedade, culpa, vergonha e pecado, podendo ocasionar consequências extremamente aversivas para o indivíduo. Para Skinner (1953/2005, 1987b), essas consequências podem acabar incapacitando o indivíduo ou até mesmo colocar em risco o grupo.

O uso excessivo ou inconsistente de técnicas de controle religiosas aversivas também pode ocasionar respostas operantes como descrença e deserção (fuga), revolta (contracontrole) e resistência passiva (Skinner, 1953/2005, 1974). A descrença e a deserção ocorrem quando o indivíduo simplesmente foge do controle da agência controladora, como no caso de um religioso que se torna um eremita ou herege, ou de um indivíduo que se torna ateu ou agnóstico e que simplesmente não discute e até evita assuntos religiosos. A resistência passiva ocorre quando a fuga ou a revolta não foram funcionais e o indivíduo simplesmente para de se comportar “adequadamente” diante das técnicas de controle empregadas pela agência religiosa. Já a revolta seria o contracontrole por parte dos membros da agência ou da comunidade, conforme será descrito logo abaixo.

Acerca da revolta, Skinner (1953/2005) apresenta duas possibilidades de contracontrole: uma interna e outra externa à agência controladora religiosa¹⁴. Um resumo dessa discussão encontra-se no seguinte trecho:

The religious agency may come into conflict with other religious agencies attempting to control the same people or with governmental agencies with different programs of control. Religious control is often opposed by economic

¹⁴ Essa conceituação de contracontrole interno e externo de uma agência controladora religiosa foi proposta inicialmente em um texto publicado no blog do Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (Donicht et al., 2022).

and educational agencies and, as we shall see in Chapter XXIV, by psychotherapy. Another limit is internal. It is imposed by the extent to which the controllee will submit to control. (Skinner, 1953/2005, p. 358)

A primeira possibilidade de contracontrole seria o externo, que já foi indiretamente descrito no tópico anterior. À medida que uma agência religiosa adquire poder de controle, as demais agências controladoras e a própria comunidade buscam limitar e controcontrolar esse poder. Isso se dá porque esse aumento desenfreado do poder ameaça as demais agências controladoras e pode, até mesmo, colocar em risco a própria comunidade. Um bom exemplo é dado por Holloway (2019), que descreve como o governo americano negociou com os Mórmons do estado de Utah, permitindo Brigham Young, líder dos Mórmons na época, tornar-se governador à custa de renegar a poligamia, um dos princípios “morais” Mórmons da época. Aqui, um contracontrole externo fez com que uma agência controladora religiosa abrisse mão de uma de suas práticas.

A segunda possibilidade seria quando a agência controladora religiosa é contracontrolada e limitada por variáveis internas a ela, um exemplo seria a Reforma Protestante. Durante a Idade Média, a expansão do poder de controle da agência controladora religiosa católica permitiu a ela tornar-se uma superagência, assumindo o papel de outras agências (governamentais, econômicas etc.) e utilizando cada vez mais técnicas de controle aversivas. À medida que o controle passou a se tornar mais aversivo, os fiéis passaram a desenvolver formas de contracontrole à agência, sendo Martin Lutero um deles. Ao elaborar suas 95 teses, Lutero contracontrolou a Igreja Católica propondo formas de controle religioso menos aversivas para os fiéis e a comunidade como um todo. Tal contracontrole foi uma das variáveis que reduziu o poder da agência controladora religiosa católica e ocasionou a sua fragmentação em várias outras vertentes religiosas

cristãs. Destaca-se que, nesse exemplo, o contracontrole ocorreu por um membro da própria agência controladora, ou seja, um contracontrole interno.

Diante dessas possibilidades, as agências religiosas possuem alguns modos para lidar com esses efeitos colaterais indesejáveis (Skinner, 1953/2005, 1971). Primeiramente, elas tendem a intensificar suas práticas de controle (um efeito do processo de extinção a que estão submetidas nesses casos). Assim, o herege pode ser excomungado e comportamentos “ímorais” podem passar a ser punidos com mais intensidade. O problema é que a intensificação das práticas de controle, sobretudo aversivas, apenas agrava o problema: “But in the long run the problem cannot be solved in this way. Intensification of control may simply multiply the difficulties.” (Skinner, 1953/2005, p. 360).

Já um segundo modo utilizado pela as agências controladoras religiosas é apelar para as consequências positivas diferidas advindas do controle da agência religiosa (e.g., paz de espírito, coesão grupal etc.), as quais são utilizadas para justificar as práticas de controle das agências controladoras, seculares e religiosas (Skinner, 1971, 1978). Inclusive, há ainda a possibilidade dos administradores das agências controladoras se utilizarem de explicações sobrenaturais para justificar o mau uso do poder de controle, como esse trecho skinneriano ilustra:

Those who found themselves in possession of administrative power could never resist using it to their own aggrandizement. To justify themselves, they invented myths—like the divine right of kings, priests, or possessors of wealth. The effect was wholesale exploitation. (Skinner, 1985/1987a, p. 37)

O terceiro modo consiste em treinar o autocontrole, o que se inicia pela classificação explícita de estímulos que podem levar a comportamentos de descrença e deserção (fuga), revolta (contracontrole) ou resistência passiva como “ímorais e

pecaminosos” (Skinner, 1953/2005). Com isso é possível ensinar o fiel a evitar esses comportamentos, o que envolve punição sistemática e, conseqüentemente, produção de culpa caso apresente alguma tendência a se comportar dessa forma:

The agency may also meet this problem by preparing the individual in advance to control his own tendencies to escape, revolt, or strike. It classifies these types of behavior as wrong, illegal, or sinful, and punishes accordingly. As a result any tendency on the part of the individual to escape, revolt, or strike generates aversive self-stimulation, a reduction in which may reinforce behavior acceptable to the agency. (Skinner, 1953/2005, p. 360)

Por exemplo, não é somente o comportamento público de agir contra a Igreja que será classificado como pecaminoso e que será punido, mas também o comportamento privado de pensar em agir contra a Igreja, estabelecendo-se assim o que se chamaria de “pensamentos pecaminosos” ou “tentação do diabo”, que também precisariam ser evitados. Logo, a agência controladora religiosa, por meio do ensino do autocontrole, “terceiriza” a sua vigilância de comportamentos “imorais” para o próprio indivíduo.

No entanto, realizar esse treinamento de autocontrole pode gerar sentimentos aversivos para o fiel. Isso se dá porque ele é treinado para se sentir culpado ao entrar em contato com estímulos classificados como “pecaminosos e imorais”, e esse treinamento pode trazer efeitos colaterais aversivos e acabar incapacitando o indivíduo ou tornando-o “inútil” para a comunidade (e.g., suicídio, autoflagelo, realizar seu trabalho de modo inadequado, alcoolismo etc.). Por isso, a agência controladora religiosa também oferece e ensina técnicas para mitigar essas sensações aversivas. No catolicismo, uma delas é a confissão, que serve como um modo de reduzir a angústia advinda de sentimentos pecaminosos dos fiéis: “Religious confession occurs because expiation is less aversive than a sustained sense of sin.” (Skinner, 1953/2005, p. 367). Porém, aqui as contingências

aversivas raras ou acidentais podem atrapalhar as técnicas oferecidas pelas agências controladoras para lidar com essas sensações, como observado no seguinte trecho skinneriano:

One way to escape is to confess and take the punishment, but when the behavior on which a deferred punishment was contingent is not always clear, escape can be difficult. Merely accidental aversive contingencies generate unexplained feelings of shame, guilt, or sin, and a person may then turn to a therapist for help in escaping. (Skinner, 1989, p. 78)

De qualquer modo, mesmo oferecendo outras alternativas, o custo para manter esses comportamentos de autocontrole, por parte dos indivíduos, é muito alto. Como comenta Skinner: “The puritanical solution is never easy to ‘sell,’ and it is not always successful. Punishment does not merely cancel reinforcement; it leads to a struggle for self-control which is often violent and time consuming.” (Skinner, 1969/2013, p. 65). Portanto, manter comportamentos de autocontrole para evitar “cair em tentação” é algo muito exaustivo e custoso para o indivíduo. Logo, na medida em que o controle religioso aumenta, há uma tendência maior de o indivíduo sofrer efeitos colaterais aversivos.

Justamente por isso, a adesão e o estabelecimento desses comportamentos em toda uma comunidade é algo muito difícil de se atingir pelas agências controladoras religiosas. Ademais, cabe ressaltar que não são apenas as agências religiosas que buscam estabelecer esses tipos de comportamento de autocontrole. Como destaca Skinner (1969/2013):

Gluttony, lust, and violence are classified as bad or wrong (and punished by the ethical group), as illegal (and punished by the government), as sinful (and punished by religious authorities), or as maladjusted (and punished by those therapists who use punishment). (p. 65)

As demais agências controladoras também podem buscar realizar essa solução “puritana”, ou seja, reforçar ao máximo a probabilidade de emissão e o estabelecimento de comportamentos “legais”, “bons” ou “morais” e punir e extinguir completamente qualquer comportamento “ilegal”, “mal” ou “imoral”.

Outra problemática é que, como já mencionado, as religiões já estabelecidas em uma comunidade, de um modo geral, tendem a defender práticas culturais já vigentes (conformistas e conservadoras) em detrimento de novas práticas culturais emergentes (não conformistas e progressistas), mesmo que essas práticas culturais emergentes sejam mais úteis para a sobrevivência do grupo (Skinner, 1953/2005). Possivelmente, isso ocorre porque a classificação de comportamentos “morais e imorais” dessas religiões já está instituída nas práticas culturais vigentes.

Ademais, as práticas culturais tendem a se modificar mais rapidamente do que as regras e leis religiosas e governamentais. Sobre essa questão, temos a seguinte argumentação skinneriana: “Moreover, cultural practices change faster than rules and laws, and people therefore often “do what is right” for reasons that are no longer advantageous to anyone.” (Skinner, 1987a, p. 23). Desse modo, os códigos morais de uma religião podem acabar reforçando a probabilidade de emissão de comportamentos que já não trazem mais consequências positivas para os indivíduos e a comunidade.

Em resumo, agências controladoras religiosas já estabelecidas em uma comunidade tendem a ser contrárias às mudanças das práticas culturais vigentes. Afinal, as mudanças poderiam acabar reforçando certos comportamentos “imorais” e punindo e extinguindo comportamentos “morais”, obrigando a agência controladora religiosa a se adaptar. Por exemplo, digamos que a agência governamental tornou o aborto um comportamento “legal”. Com esse reconhecimento legislativo, a agência religiosa terá mais dificuldade em punir o comportamento de abortar. Tal ação afetaria a sua

classificação do aborto como um comportamento “imoral” e, conseqüentemente, iria diminuir o seu poder de controle. A saída, então, é criticar de antemão qualquer iniciativa de legalização do aborto.

Outra problemática ligada a algumas religiões, em específico as abraâmicas (Judaísmo, Islamismo e Cristianismo), é enfatizar a responsabilidade do indivíduo para conquistar a sua própria salvação. Para Skinner (1953/2005, 1971), tal ênfase é um problema porque acaba fortalecendo e complementando lógicas ocidentais da importância do indivíduo e da sua dignidade (e.g., livre arbítrio e ser humano autônomo), as quais seriam contrárias a uma concepção científica do comportamento.

Quanto à relação com outras agências controladoras, já foi descrito como elas podem colaborar ou entrar em conflito entre si (Skinner, 1953/2005, 1971, 1989). Até mesmo as próprias agências controladoras religiosas não são homogêneas e, dependendo do contexto social e cultural vigente, elas também podem entrar em conflito. Embora o conflito seja inevitável na relação entre as agências controladoras, sejam elas religiosas ou não, há sempre a probabilidade dele escalonar e de uma agência controladora se tornar demasiadamente poderosa, trazendo efeitos aversivos para o grupo como um todo. Ressalta-se que a crítica skinneriana nessa argumentação não é apenas às agências controladoras religiosas, mas sim a todas as agências controladoras que adquirem poder em excesso.

Por fim, assim como a agência controladora governamental, a agência controladora religiosa dita quais valores e princípios (práticas culturais) uma sociedade deve seguir. Assim, os indivíduos são induzidos a emitir certos comportamentos, o que pode ser aversivo para os indivíduos e para o grupo, e até mesmo afetar a sobrevivência dele. Isso pode ser explicado, de acordo com Skinner (1953/2005, 1974), porque a religião e o governo se pautam em uma lógica de atuação conflitante com a lógica da ciência.

Enquanto essas agências controladoras adotam valores e princípios absolutos ou quase absolutos *a priori* para pautar o planejamento cultural, a ciência sugere a análise das consequências das práticas culturais para pautar um planejamento cultural. Por exemplo: determinada religião pode condenar *a priori* o uso de determinada tecnologia (e.g., vacinas) ou determinada vertente política pode condenar *a priori* determinada política pública (e.g., privatizar ou coletivizar determinado serviço). Porém, a ciência, irá descrever as consequências do estabelecimento e manutenção dessas práticas culturais (e.g., uso ou não de vacinas; privatizar ou não determinado serviço) e, *a posteriori*, apoiará uma prática em detrimento de outra.

4.2.3.6. Como lidar com os riscos das agências controladoras religiosas

Realizada a descrição de agência controladora religiosa e de suas possíveis problemáticas, de acordo com a perspectiva skinneriana, agora é possível argumentar sobre quais soluções seriam viáveis para resolvê-las, conforme o pensamento de Skinner. Para isso, inicialmente será utilizada a discussão apresentada no capítulo *XXIX The Problem of Control do Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005). Embora a principal proposta desse capítulo seja propor alternativas para lidar com o poder derivado dos avanços da ciência do comportamento humano, ele aborda muito a relação das agências controladoras com esses avanços e de como lidar com a possibilidade da sua má utilização por parte das agências.

Portanto, as soluções propostas por Skinner, nesse capítulo, serão utilizadas para refletir sobre os riscos advindos do poder de controle das agências controladoras e como agir diante desses riscos. Essa proposta interpretativa será realizada porque se entende que a maioria das críticas skinnerianas às agências controladoras religiosas servem

basicamente para qualquer tipo de agência controladora, seja religiosa ou secular. Logo, entende-se que as discussões apresentadas nesse capítulo podem ser utilizadas para refletir especialmente sobre os riscos das agências controladoras religiosas.

Assim sendo, no capítulo *XXIX The Problem of Control*, Skinner (1953/2005) expõe quatro alternativas para lidar com o poder derivado do poder da ciência do comportamento humano: I - Negar o controle; II - Recusar o controle; III - Controlar o controle e IV - Diversificar o controle. Tais alternativas possibilitam construir uma reflexão sobre os riscos advindos do poder de controle das agências controladoras religiosas e como agir diante desses riscos.

A primeira alternativa, negar o controle, seria continuar defendendo o livre arbítrio, recusando o fato de que o comportamento humano é controlado por variáveis ambientais. Aplicada à religião, essa alternativa defenderia que não precisamos nos preocupar com o controle religioso, porque no limite não há controle, o indivíduo é livre e responsável por suas escolhas, incluindo as de contexto religioso. Na perspectiva de Skinner (1953/2005), os avanços científicos irão, cedo ou tarde, impossibilitar essa alternativa e, portanto, não seria de fato uma alternativa válida em longo prazo. No entanto, entendendo que muitas religiões, as abraâmicas principalmente, pautam a sua classificação de comportamentos “morais e imorais” baseadas em uma perspectiva de ser humano autônomo e detentor do livre arbítrio, tal perspectiva skinneriana tende a colocar o behaviorismo radical em confronto com as agências controladoras religiosas.

Tem-se então a segunda alternativa, recusar o controle, que consiste em aceitar que o comportamento humano é controlado por variáveis ambientais, mas deliberadamente recusar usar o conhecimento advindo da ciência do comportamento sobre esse controle. Isso é um problema, pois, para Skinner: “To refuse to accept control, however, is merely to leave control in other hands.” (Skinner, 1953/2005, p. 439) e “To

refuse to do either of these things is to leave further changes in our culture to accident, and accident is the tyrant really to be feared” (Skinner, 1969/2013, p. 59) ou então “It is much harder to demonstrate the control exerted by family, friends, education, religion, work, and so on, but it would be foolish to neglect it.” (Skinner, 1978, p. 31). Portanto, recusar controlar pode apenas dar mais poder para as agências que já controlam o comportamento dos indivíduos e, pior, tornar esse controle mascarado e escondido no sentido de que há uma recusa de se responsabilizar por modificar essas relações. Por exemplo, na maioria das religiões abraâmicas há a responsabilização dos indivíduos pela sua própria salvação espiritual¹⁵, o que seria uma forma de controle mascarado em que o indivíduo é responsabilizado por comportamentos estabelecidos e mantidos não por ele, mas sim pela religião.

A terceira alternativa, controlar o controle, seria permitir que uma determinada agência controladora tivesse mais poder que as outras. A proposta é que essa agência controladora, possivelmente uma agência controladora governamental, exerça a função de limitar o poder das demais agências, sendo a mantenedora da “ordem” na comunidade (Skinner, 1953/2005). O ponto é que, mesmo que essa agência controladora governamental exerça eficientemente a sua função, estaríamos apenas deslocando o problema, pois nada impediria que essa agência utilizasse esse maior poder de controle para obter ganhos próprios: “A government which is able to restrict the control exercised by a particular agency may coerce that agency into supporting its own program of expansion.” (Skinner, 1953/2005, p. 443). Por exemplo, um governo que só pune e limita agências controladoras religiosas quando elas reforçam comportamentos que afetam os interesses do governo e não necessariamente os da comunidade. Ademais, nada impediria

¹⁵ No livro “Budismo: Uma breve Introdução” (Levenson, 2019) discute-se como a prática do budismo é uma atividade essencialmente solitária, sendo algo dependente das ações do próprio indivíduo. Isso indica que não somente as religiões abraâmicas possuem essa ênfase de responsabilização individual.

que a influência das outras agências controladoras, como as religiosas e econômicas, permitisse utilizar esse poder da agência governamental para obter ganhos próprios.

A quarta alternativa, diversificar o controle, aparenta ser a única opção viável para Skinner para lidar com o poder derivado da ciência do comportamento e a possibilidade de mau uso por parte das agências controladoras desse poder. Esse seria, inclusive, um dos argumentos para a defesa da democracia em detrimento de um regime totalitário:

In a democracy there is a similar, but much more important, canceling out of the effects of control: economic control is often opposed by education and by governmental restrictions; governmental and religious control is often opposed by psychotherapy; there is often some opposition between government and religion; and so on. So long as the opposing forces remain in some sort of balance, excessive exploitation by any one agency is avoided. This does not mean that control is never misused. Proceeds from control tend to be less conspicuous when thus divided, and no one agency increases its power to the point at which the members of the group take alarm. (Skinner, 1953/2005, p. 441)

Essa argumentação, aplicada aos riscos das agências controladoras seculares e religiosas, nos permite defender a distribuição do controle do comportamento humano para diferentes agências, as quais seriam tão destoantes entre si que a possibilidade delas unirem-se em uma superagência seria drasticamente reduzida.

Desse modo, uma das formas de evitar que uma agência controladora religiosa se torne muito poderosa ou que as suas técnicas de controle se tornem ameaçadoras para a comunidade, é possibilitar a pluralidade de agências religiosas e seculares. Nessa perspectiva, na medida em que uma comunidade possuísse diversas religiões, a possibilidade de uma religião ter poder suficiente para se tornar uma superagência ou de

utilizar suas técnicas de controle para interesses próprios diminuiria, pois estaria constantemente competindo com as demais agências religiosas. Ademais, se uma comunidade possui diversas agências controladoras seculares, os efeitos aversivos advindos do uso de técnicas de controle religioso também podem ser contracontrolados pelo governo, pela economia e pela psicoterapia.

Talvez um contraponto a essa proposta de uma pluralidade de agências controladoras é que ela não impossibilita necessariamente a emergência de uma superagência. Como visto ao longo do texto, nada impede que agências controladoras distintas se aliem para aumentar o seu poder de controle. O exemplo mais visível dessa possibilidade está nas vantagens que uma agência controladora governamental adquire ao existirem indivíduos obedientes à autoridade, que podem ser produtos de uma educação religiosa.

Saindo das reflexões advindas do capítulo *XXIX The Problem of Control* (Skinner, 1953/2005), outra opção para contracontrolar o poder de controle das agências controladoras dominantes (religião, economia, governo) seria a constituição de um “Quarto Estado” (Skinner, 1987a, 1989). Ou seja, o estabelecimento de um grupo, composto por acadêmicos, educadores, cientistas, jornalistas, artistas e imprensa, capaz de planejar práticas culturais realmente eficientes para lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie. Na perspectiva skinneriana, temos a seguinte argumentação sobre essa proposta:

Perhaps it is time to ask who “we” are. An answer may be found simply by listing those who are now most active in considering the problem. For the most part, we are scholars, scientists, teachers, and writers for the media. We are the uncommitted—to governments, religions, and capital—and are therefore free to consider a more remote future. But we are free only to the extent that we are

indeed uncommitted. If among us there are leaders in government, religion, and business, they are with us only to the extent that they are uncommitted to their respective institutions. (Skinner, 1987a, p. 8)

Nesse sentido, a composição de um grupo não submetido e instrumentalizado aos interesses das agências controladoras dominantes (governo, economia, religião) seria capaz de contracontrolar eficazmente essas agências controladoras dominantes e, principalmente, estaria mais apto para lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie.

De todo modo, a perspectiva skinneriana não defende que a diversificação do poder das agências controladoras seja uma solução de fato, mas sim que é apenas uma forma de mitigar os riscos advindos da existência das agências controladoras, seculares e religiosas. Isso se explica pela compreensão de Skinner (1987a) de que, atualmente, a humanidade está organizada em comunidades populosas, heterogêneas e complexas, em que o controle face-a-face (o tipo de controle ideal para Skinner) não é eficiente, sendo necessária a organização de sistemas punitivos estabelecidos pelo o controle das agências controladoras, religiosas e seculares para realizar o ordenamento social. Ademais, a aparente opção pela alternativa de diversificação do controle entre as agências controladoras não parece significar uma defesa da extinção da religião ou de qualquer agência controladora.

Posto isso, outra proposta para lidar com as problemáticas advindas de uma agência controladora, religiosa ou secular, é dar mais poder para a ciência em uma comunidade, o que seria uma “solução de fato” para o autor (Skinner, 1953/2005, 1974, 1978, 1987a, 1987b, 1989). Para tanto, Skinner (1953/2005) nega uma neutralidade da ciência, no sentido de ela não poder recomendar e sugerir quais comportamentos são benéficos e maléficos para a comunidade: “It is not true that statements containing

“should” or “ought” have no place in scientific discourse.” (Skinner, 1953/2005, p. 429); ou ainda: “. . . the reinforcing effects of things are the province of behavioural science, which, to the extent that it is concerned with operant reinforcement, is a science of values.” (Skinner, 1971, p. 104). Assim, a Análise do Comportamento seria uma ciência dos “valores”.

Para embasar seu argumento, Skinner (1953/2005) analisa os usos do termo “ought”, que em português poderia ser traduzido como “deve”, no sentido de uma obrigação, e “deveria”, no sentido de uma recomendação, (Skinner, 1953/2005). O autor argumenta que a agência controladora governamental, o controle ético e a agência controladora religiosa ditam e ordenam quais valores e princípios (práticas culturais) uma sociedade “deve” (ought) seguir, induzindo indivíduos a emitirem certos comportamentos, os quais podem até mesmo serem aversivos para eles. No entanto, a ciência não ordena os valores e os princípios que a comunidade deve seguir, mas recomenda e indica os princípios e os valores que “deveriam” (ought) ser seguidos.

Essa diferença de postura entre ciência e agências controladoras pode gerar conflitos:

A sentence beginning “You ought” is often a prediction of reinforcing consequences. “You ought to take an umbrella” may be taken to mean, “You will be reinforced for taking an umbrella.” A more explicit translation would contain at least three statements: (1) Keeping dry is reinforcing to you; (2) carrying an umbrella keeps you dry in the rain; and (3) it is going to rain. All these statements are properly within the realm of science. In addition to this, of course, the word “ought” plays a large part in the control exercised by the ethical group and by governmental and religious agencies. The statement, “You ought to take an umbrella,” may be emitted, not as a prediction of contingencies, but

to induce an individual to take an umbrella. The “ought” is aversive, and the individual addressed may feel guilty if he does not then take an umbrella. (Skinner, 1953/2005, p. 429)

Devido a essa diferença de postura, Skinner (1953/2005, 1974, 1987b) opta pela ciência. Na perspectiva do autor, a grande contribuição da ciência é a ênfase na experimentação e a de não se pautar em princípios e valores absolutos ou *a priori* para realizar as suas decisões. Essa defesa da ciência em detrimento das agências controladoras, religiosas e seculares, é verificada nos seguintes dois trechos: “Can anyone doubt that when a science of behavior tells us how to design better practices—and I don’t mean better nations, religions, or business enterprises—we can deal with human nature adequately?” (Skinner, 1985/1987a, p. 50) e “Science, not religion, has taught me my most useful values, among them intellectual honesty. It is better to go without answers than to accept those which merely resolve puzzlement.” (Skinner, 1987b, p. 1). Destaca-se que a crítica de Skinner não se dirige apenas a religião, mas a todas as agências controladoras.

4.2.4. Religiosidade

Outro debate que pode surgir a partir da perspectiva skinneriana é sobre o questionamento acerca da possibilidade de uma vida sem religião e se isso seria algo desejável ou não. Como analisado anteriormente, existe uma distinção entre comportamento religioso, controle religioso e religião (entendida como agência controladora); essa distinção nos permite argumentar que uma sociedade sem religião seria possível. As funções sociais de uma religião (e.g., aumento de cooperatividade, estabelecimento de comportamentos de autocontrole, redução de comportamentos

individualistas) podem ser assumidas por outras agências controladoras, como a educação e a psicoterapia. Logo, a possibilidade de uma comunidade secular, na qual não existe controle religioso institucionalizado, é algo viável, embora difícil, já que as agências controladoras religiosas lutariam para manter suas práticas culturais e o seu poder.

Mas e uma vida onde não há comportamento e controle religiosos? Essa possibilidade parece menos provável.

Como já descrito, o comportamento religioso se estabelece por contingências raras ou acidentais que controlam o indivíduo, devido a uma sensibilidade filogenética a reforçadores imediatos e também pelo comportamento verbal, que possibilita explicações sobrenaturais. Essas características do comportamento religioso o tornam muito provável de ser emitido e estabelecido em qualquer comunidade. Logo, é muito improvável que não haja a emissão e o estabelecimento de comportamentos religiosos em uma comunidade, embora um ensino de comportamentos científicos provavelmente reduziria sua probabilidade de emissão.

Ademais, do mesmo modo que a emissão e o estabelecimento de comportamentos religiosos é algo muito provável de ocorrer em qualquer comunidade, o uso dessas relações raras ou acidentais com atribuições sobrenaturais para controlar o comportamento dos indivíduos, também o é. Portanto, o uso de uma atribuição causal sobrenatural a eventos raros ou acidentais, com o objetivo de controlar o comportamento de alguém, tenderá a ser estabelecido na mesma medida em que novos comportamentos religiosos forem emitidos em uma comunidade.

Isso posto, cabe ressaltar que na perspectiva skinneriana o controle religioso não é sinônimo de agência controladora religiosa: o controle religioso pode ocorrer em um grupo sem que haja uma assimetria de poder entre um controlador (e.g., xamã, padre, pastor, sacerdote, druida) e o controlado (e.g., fiel, discípulo, crente, adorador). Por isso,

uma sociedade pode ser secular, no sentido de não possuir uma agência controladora religiosa e, ao mesmo tempo, ter algum tipo de controle religioso.

Essa distinção possibilita realizar mais uma conceituação terminológica sobre o que é, geralmente, denominado de *religiosidade*. A religiosidade descreve comportamentos religiosos em que o controle religioso não é explicitamente institucional, ou seja, não é organizado por uma agência controladora. Portanto, em uma perspectiva skinneriana, uma comunidade pode não ter uma religião (agência controladora religiosa), embora seja muito improvável que ela não tenha alguma religiosidade entre os comportamentos de seus membros.

Mas a religião e a religiosidade seriam um problema? As discussões skinnerianas, sobretudo as escritas mais tardiamente em sua obra, permitem concluir que a existência das agências controladoras dominantes (religião, governo, economia) é um problema, pois elas não são eficientes para lidar com as problemáticas referentes ao futuro da espécie. Isso se deve em razão de que os seus interesses são, geralmente, destoantes de um planejamento cultural eficiente para solucionar essas questões (Skinner, 1987a, 1989).

Nas palavras do autor:

A happier ending might run like this: Those who saw the danger began to do more than talk about it. They began to study human behavior with methods that had first evolved in physics and biology. They turned from observing what people had done up to that time to observing what people did under carefully controlled conditions. A science and a technology of behavior emerged that were free of governmental, religious, and economic ideologies. Better cultural practices were designed. Meanwhile, older practices grew weak as their justifications became suspect. Governments no longer provided order and security. Religions failed to give peace of mind and joined with governments in

threatening the peace of the world. Their answers to puzzling questions yielded to the answers of science. Economic institutions lost control as automation destroyed both the need for and the enjoyment of productive labor. Education emerged as the dominant force in the maintenance and transmission of cultural practices. The species survived for many thousands of years, and before those visitors from outer space reached Earth, they were met by a similar caravan coming from Earth itself. (Skinner, 1987a, p. 14)

No entanto, sociedades muito populosa, como a maioria das sociedades atuais, dependem de agências para sua organização social (Skinner, 1985, 1987a). Em vista disso, Skinner não argumenta a favor de uma destruição total das agências controladoras dominantes (governo, economia, religião), mas defende a diminuição do poder de controle dessas agências e a substituição das funções exercidas por elas pelo controle face-a-face, pela ampliação do conhecimento científico e pela agência controladora educacional.

Por fim, a perspectiva skinneriana (Skinner, 1953/2005, 1987b) sempre defenderá a postura científica em conflitos que envolvem a religiosidade *versus* ciência ou religião *versus* ciência. Entre as “certezas” de uma agência controladora ou a “crença sobrenatural” de um comportamento religioso, Skinner opta pelas “recomendações” de um comportamento científico, embasado na experimentação e no ceticismo em relação a verdades absolutas.

4.3. Algumas implicações da sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião

Após a elucidação da perspectiva skinneriana sobre a temática da religião, é possível pensar em algumas implicações desta pesquisa. Diante disso, esse tópico tem como objetivo trazer algumas análises iniciais sobre algumas críticas e comentários sobre as análises skinnerianas sobre a temática da religião e também propor uma proposta inicial de um vocabulário terminológico sobre essa temática. Ambas as implicações aqui propostas não tem o intuito de finalizar as discussões sobre essas questões, mas sim, colaborar com a área e, principalmente, instigar o desenvolvimento das análises analítico-comportamentais sobre o tema da religião.

Portanto, antes de tudo, a sistematização aqui elaborada já permite concluir que B. F. Skinner abordou o tema da religião de modo a englobar diferentes níveis de análise (filogenético, ontogenético, cultural) e que isso foi feito de modo integrado e complementar entre si. Tendo consciência dessa discussão ampla e integrada sobre a temática da religião realizada por B. F. Skinner, é possível, e desejável, retomar a algumas críticas e comentários de outros autores da análise do comportamento à perspectiva skinneriana sobre a religião.

4.3.1. Uma avaliação das críticas a Skinner

A crítica de Hayes (1984) sobre a ênfase skinneriana dos aspectos moralizantes das religiões organizadas aparenta sustentar-se. Embora Skinner não ignore outros aspectos (e.g., gênese do comportamento religioso, controle religioso sem ser

institucionalizado), o mesmo de fato enfatiza uma descrição da temática da religião como agência controladora. Essa ênfase, provavelmente, decorre da preocupação de Skinner com as problemáticas referentes ao futuro da espécie e as críticas skinnerianas às agências controladoras, não havendo assim um especial interesse na temática da religião em si.

Agora a crítica de Luiz e Knaut (2017) de que a análise de Skinner sobre a temática da religião carece de um aporte filogenético demonstra-se errônea. Isso decorre pois a sistematização das análises skinnerianas sobre a temática da religião demonstra a relevância da sensibilidade da espécie a consequências imediatas, factuais ou não, para o estabelecimento e manutenção do que é denominado de *comportamento religioso*.

Já a citação de Guerin (1998), sobre Skinner, na qual ele indica que as religiões (entendidas aqui como agências controladoras) se utilizam com mais frequência de reforçamento negativo e punição positiva também se sustenta. Como observado, o uso de técnicas aversivas por parte das agências controladoras, religiosas ou seculares, é útil para aumentar o poder de controle sobre a comunidade, como, por exemplo, para estabelecer um repertório de autocontrole nos indivíduos. De todo modo, embora haja a possibilidade de malefícios a longo prazo para a comunidade dessas técnicas de controle aversivo, como citou Guerin (1998), a sistematização das discussões skinnerianas também demonstra a existência de benefícios para a comunidade, como aumento da coesão grupal e diminuição da violência entre os membros.

Em Sampaio (2016) também encontramos várias menções a Skinner, duas delas sendo: a crítica a uma ausência de definição do que seria comportamento religioso e a afirmação de que Skinner não pretendia delimitar a temática da religião a uma análise apenas institucional, isso é, como sendo apenas uma espécie de agência controladora. Sobre a primeira menção, de fato Skinner não chega propriamente a definir *comportamento religioso*, porém, em suas análises, em especial em Skinner (1953/2005),

é possível encontrar análises suficientes para uma conceituação. Tanto que a sistematização, aqui realizada, fez isso, definindo *comportamento religioso* como comportamentos controlados por contingências raras ou acidentais com atribuições causais sobrenaturais.

Sobre a segunda menção de Sampaio (2016) à obra skinneriana, a de que Skinner não pretendia delimitar a religião a uma análise institucional. Embora Skinner priorize uma análise institucional da temática da religião (o que se verifica pela extensão desse tipo de discussão no material analisado por esta pesquisa), ele não ignora outros aspectos e dimensões. Assim, mesmo sendo possível comentar que Skinner entende a religião como uma agência controladora especializada no uso do controle religioso, isso não significa dizer que as análises skinnerianas sobre a temática da religião se esgotam apenas em um nível cultural e institucional. A sistematização sobre as análises skinnerianas realizada nesta pesquisa sustentam a afirmação de Sampaio (2016) de que delimitar a temática da religião apenas em um nível institucional é um erro, mas não é um erro cometido por Skinner. Isso também está de acordo com o posicionamento de Schoenfeld (1993), que afirma que a religião, aqui entendida como temática da religião, é um tema complexo, multidimensional e que necessita ser analisado como um tema por si só pela Análise do Comportamento, não sendo limitado a uma só categoria de análise (e.g., agência controladora, psicopatologias etc.).

4.3.2. Um vocabulário terminológico sobre a temática da religião

Entendendo que uma das lacunas da literatura analítico-comportamental é a falta de consenso acerca do vocabulário adotado para analisar a temática da religião, pretende-se finalizar este trabalho com uma proposta inicial de um vocabulário terminológico.

Mesmo que incipiente, esse vocabulário pode ser útil para elucidar divergências e, em alguns casos, integrar diferentes discussões por meio da identificação de diferentes dimensões de análise sobre a temática em questão.

Portanto, segue-se uma tentativa de aplicação desse vocabulário terminológico (advindo da sistematização realizada durante a pesquisa) às discussões de outros analistas do comportamento sobre a temática da religião. Cabe ressaltar que a proposta não é reduzir as discussões dos demais analistas do comportamento às discussões skinnerianas, mas sim, indicar que um retorno ao texto de Skinner pode ajudar a colocar em perspectiva essas discussões. Assim, entende-se e espera-se que tal vocabulário terminológico seja incrementado e aperfeiçoado por trabalhos futuros.

Inicialmente é preciso retomar os conceitos utilizados ao longo da sistematização das discussões skinnerianas. Com isso, temos os seguintes verbetes que, em conjunto, conseguem englobar e descrever diferentes dimensões de análise sobre a temática da religião:

- i) *Comportamentos Religiosos*: são comportamentos controlados por contingências raras ou acidentais com atribuições causais sobrenaturais, o que decorre da suscetibilidade da espécie humana a consequências imediatas e do comportamento verbal que possibilita atribuições causais sobrenaturais.
- ii) *Controle Religioso*: uso de uma atribuição causal sobrenatural, que é utilizada para explicar a ocorrência de eventos raros ou acidentais, para controlar o comportamento de outras pessoas.
- iii) *Religião*: trata-se de um tipo de agência controladora que utiliza controle religioso (atribuição causal sobrenatural para eventos raros ou acidentais), sendo composta por membros supostamente capazes de intervir, mediar ou,

no mínimo, prescrever formas para lidar adequadamente com essas causas sobrenaturais.

- iv) *Religiosidade*: Qualquer comportamento religioso em que o controle religioso não é explicitamente institucional, ou seja, que não é organizado por uma agência controladora.

Iniciando pela análise de Schoenfeld (1993), de modo sucinto o autor prioriza as bases do comportamento religioso, em que a inter-relação do indivíduo com o ambiente possibilita o estabelecimento de conclusões religiosas e, conseqüentemente, a institucionalização dessa inter-relação nas religiões. Ademais, há uma problematização sobre a divisão entre controle secular e controle religioso, já que Schoenfeld (1993) ressalta que as agências controladoras religiosas e seculares utilizam estratégias de controle semelhantes para controlar o comportamento dos indivíduos.

Ao aplicarmos o vocabulário proposto neste trabalho nas discussões realizadas por Schoenfeld (1993), há a possibilidade de identificar três categorias de análises distintas. Primeiramente, o termo *comportamento religioso* pode ser utilizado quando Schoenfeld (1993) aborda as inter-relações do ser humano com o ambiente, em que o comportamento verbal permite discussões que ultrapassam o contexto presente e proporciona o surgimento de explicações sobrenaturais. Além disso, o termo *comportamento religioso* estaria de acordo com a análise de Schoenfeld (1993) de que essas relações surgem de modo natural na espécie humana.

Já quando Schoenfeld (1993) aborda a institucionalização desses comportamentos religiosos, em uma perspectiva skinneriana, ele estaria referindo-se respectivamente ao uso do *controle religioso* e ao estabelecimento de uma *agência controladora religiosa*. Aliás, se adotarmos o vocabulário proposto aqui, é possível realizar um complemento à problematização de Schoenfeld (1993), e também de Guerin (1998), sobre a distinção

entre agência controladora religiosa e agência secular. De fato, ambas valem-se de técnicas de controle semelhantes, porém, a diferença se dá na razão da *agência controladora religiosa* ser um tipo de agência especializada em utilizar da atribuição causal sobrenatural para eventos raros ou acidentais para controlar o comportamento de fiéis (*controle religioso*).

No caso de Hayes (1984), a sua análise comportamental da espiritualidade e da distinção material-imaterial pode ser entendida a partir dos termos *comportamento religioso* e *religiosidade*. Hayes (1984) ressalta o papel do comportamento verbal na constituição do “ver o ver de uma perspectiva”, em que há a argumentação de que as sensações consequentes do “ver o ver de uma perspectiva” possibilitam a existência de explicações que apelam para um mundo imaterial, o que seria uma extensão metafórica desse comportamento de “ver o ver de uma perspectiva”. Essa extensão metafórica poderia ser considerada uma forma de *comportamento religioso*, já que há o uso de uma atribuição sobrenatural para explicar essas sensações advindas da distinção perspectiva-conteúdo.

O fato de o autor propor que essa dualidade conteúdo-perspectiva, consequentemente espiritual-material, se manifesta na interação entre a comunidade verbal e o indivíduo, sem a necessidade de uma instituição religiosa, assemelha-se a ao conceito definido aqui como *religiosidade*. Se assim for, talvez seja possível realizar uma aproximação entre o termo *Religiosidade* e *Espiritualidade*, entendendo que ambos se referem ao uso do controle religioso por parte de um grupo sem que haja a formalização desse controle por meio de uma agência religiosa. De todo modo, Hayes (1984) não utiliza o conceito de contingências raras ou acidentais para realizar a sua análise, o que indica que o termo *comportamento religioso* talvez não engloba completamente o que o Hayes está definindo como espiritualidade.

Detendo-se na proposta da hipótese filogenética de Luiz e Knaut (2017), ao aplicarmos o vocabulário terminológico desenvolvido é possível argumentar que a categoria de análise que os autores estão debatendo é a do surgimento do *comportamento religioso*. Ainda assim, há diferenças: enquanto a definição de *comportamento religioso* skinneriana enfatiza a sensibilidade a consequências imediatas e ao comportamento verbal como as principais variáveis para a emissão e para o estabelecimento do que vai ser chamado de *comportamento religioso*, Luiz e Knaut (2017) enfatizam uma predisposição animista e a capacidade de ser reforçado. De todo modo, esses termos enfatizam uma dimensão filogenética e uma categoria de análise mais voltada para a gênese do que, comumente, é chamado de crença religiosa e fé.

Agora, em relação às propostas de Guerin (1998) e de Rodrigues e Dittrich (2007), as análises englobam essencialmente o que está sendo considerado aqui como *controle religioso* e *agência controladora religiosa*. Se assim for, o que está sendo entendido como religião por esses autores se refere a um tipo de *agência controladora* especializada em utilizar técnicas de *controle religioso* para angariar influência em uma comunidade.

No que tange à abordagem de Strand (2009), o vocabulário terminológico construído aqui pouco tem a contribuir, principalmente por não haver citações ao conceito de comportamento induzido nas análises skinnerianas sobre a temática da religião. Ainda assim, como abordado na introdução, para Strand (2009) a religião poderia ser dividida em duas categorias: I - Comportamentos “Graciosos”, os quais seriam comportamentos induzidos; II - Comportamentos “Esforçosos”, os quais seriam comportamentos operantes. Dessa maneira, talvez fosse possível entender os comportamentos “Graciosos” como *comportamentos religiosos*, advindos da interação direta com contingências raras ou acidentais com uma atribuição causal sobrenatural. Enquanto os comportamentos “Esforçosos” poderiam ser entendidos como comportamentos advindos do *controle*

religioso de uma comunidade ou *agência controladora religiosa* (em especial a educação religiosa), em que o estabelecimento desses *comportamentos religiosos* ocorreu de modo indireto, por meio de regras sobrenaturais.

Por fim, retornando à dissertação de Sampaio (2016), é possível ver que há notáveis semelhanças entre as discussões propostas pelo autor e as encontradas nos textos de Skinner. O entendimento da importância do comportamento supersticioso em conjunto com o comportamento verbal, com o objetivo de compreender a temática da religião, aproxima-se bastante do que está sendo designado aqui de *comportamento religioso*. Já as discussões sobre o mentalismo e o uso de reforçamento social, advindas desses comportamentos religiosos, estão muito próximas do que está sendo chamado aqui de *controle religioso*. Ademais, Sampaio também perpassa uma formalização desse controle religioso até a institucionalização de uma religião, a qual, nesta pesquisa, é denominada de *agência controladora religiosa*.

Por fim, uma contribuição dessa proposta inicial de vocabulário terminológico é demonstrar que a sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião possibilita compreender melhor a diversidade e as divergências de discussões sobre o tema encontrados na literatura analítico-comportamental. É possível argumentar que, em geral, os autores enfatizam dimensões de análises distintas, sem que, com isso, sejam contraditórias entre si. Por exemplo, as análises de Guerin (1998), Rodrigues e Dittrich (2007) destoam drasticamente da análise de Hayes (1984) ou de Strand (2009). Muitas vezes trata-se de uma diferença de ênfase em cada dimensão de análise. Por exemplo, enquanto Guerin (1998) e Rodrigues e Dittrich (2007) estão estudando a religião como agência controladora, Hayes (1984) e Strand (2009) estão mais preocupados com aspectos ontogenéticos do que comumente é chamado de fé ou espiritualidade.

5. Conclusão

A religião e a religiosidade influenciam o comportamento de inúmeros indivíduos em nossa sociedade, sejam eles religiosos ou não. Partindo dessa constatação, a Análise do Comportamento tem apresentado algumas perspectivas sobre como descrever e analisar a temática da religião. Embora diversas, essas propostas têm em comum menções (nem sempre positivas) a textos de Skinner, o que justificou um retorno a essa “fonte primária” de modo a avaliar a coesão das discussões desse autor sobre a temática da religião.

As categorias construídas ao longo da sistematização das discussões skinnerianas sobre a temática da religião permitem concluir que as análises de Skinner sobre essa temática são diversas, porém complementares entre si. Nota-se que essas discussões englobam inúmeras questões como: gênese do comportamento religioso, uso do comportamento religioso para realizar controle social; institucionalização do controle religioso; vantagens e desvantagens das agências controladoras religiosas. Skinner estrutura sua investigação sobre a temática da religião iniciando em uma dimensão filogenética e, a partir disso, vai elaborando uma análise que engloba aspectos ontogenéticos e culturais da temática religião.

Outra contribuição dessa sistematização das análises de Skinner sobre a temática da religião foi uma proposta inicial de vocabulário terminológico, buscando integrar diferentes discussões sobre a temática da religião. Embora incipiente, objetivou-se com isso aumentar a clareza das dimensões de análises encontradas na literatura analítico-comportamental sobre religião e, conseqüentemente, um refinamento teórico conceitual sobre essa temática. A perspectiva skinneriana nos permite realizar uma distinção terminológica entre os seguintes termos inter-relacionados: comportamento religioso,

controle religioso, agência controladora religiosa (entendida aqui como sinônimo de religião) e religiosidade.

A aplicação desse vocabulário às discussões da área sugere que muito das divergências encontradas ocorrem devido a uma fragmentação e especialização em determinada dimensão de análise da temática da religião. Essa constatação desafia pesquisas futuras a caminhar na direção de uma integração mais sistemática dessas discussões encontradas na área, permitindo, assim, avaliar de modo mais detalhado avanços e divergências em relação aos textos skinnerianos.

Há também pontos críticos que precisam ser considerados na análise skinneriana sobre a temática da religião. As discussões de Skinner conduzem à definição de *comportamento religioso* como qualquer comportamento controlado por contingências raras ou acidentais com uma atribuição causal sobrenatural. O problema disso é que não há uma descrição do que está sendo denominado como “atribuição causal sobrenatural”, o que pode incluir uma ampla gama de comportamentos na rubrica *comportamento religioso*. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras busquem elaborar uma descrição analítico-comportamental mais refinada para o que está sendo denominado como “sobrenatural”. Isso pode, inclusive, ajudar a investigar se há possibilidade ou não de uma distinção entre termos como “comportamento supersticioso”, “comportamento com atribuição sobrenatural” e “comportamento religioso”.

Ademais, o conceito de comportamento induzido sequer é citado nas análises skinnerianas sobre a temática da religião, demonstrando a necessidade de pesquisas futuras (teóricas e experimentais) sobre a relevância desse conceito para a temática da religião, algo que o próprio Strand (2009) recomenda. Por fim, espera-se que o vocabulário terminológico conceitual aqui proposto seja criticado e aprimorado em pesquisas futuras, introduzindo não apenas outros conceitos skinnerianos, mas também

contribuições de outros analistas do comportamento de modo a construir uma compreensão mais adequada de um tema complexo e multifacetado como a religião.

6. Referências

- Bortolini, T. S., & Yamamoto, M. E. (2013). The emergence and maintenance of religious behavior: Insights from an evolutionary perspective. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18, 223-229, 10.1590/S1413-294X2013000200007.
- Donicht, R., Macedo, R., Silva, T., & Haydu, V., (2022). Entre Skinner, Lutero e o Black Metal Saudita. *Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento Universidade Estadual de Londrina*.
<https://analisedocomportamentouel.blogspot.com/2022/08/entre-skinner-lutero-e-o-black-metal.html>
- Ferster, C. B.; Skinner B. F. (2014). *Schedules of Reinforcement*. B. F. Skinner Foundation. (Original work published 1957).
- Guerin, B. (1998). Religious Behaviors as Strategies for Organizing Groups of People: A Social Contingency Analysis. *Perspectives on Behavior Science* 21, 53–72.
<https://doi.org/10.1007/BF03392780>
- Harris, M. (1974). *Cows, Pigs, Wars & Witches: The riddles of culture*. Random House.
- Hayes, S. C. (1984). Making sense of spirituality. *Behaviorism*, 12, 99-110.
10.2307/27759047
- Holloway, R. (2019). *Uma breve história da religião* (1ª ed., J. Marcoantonio, Trad.). L&PM.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In: C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (Cap. 2, pp. 41-69). Hogrefe.

- Levenson, C. B. (2019). *Budismo: Uma breve introdução*. (Rejane Janowitz, Trad.). L&PM.
- Luiz, A., & Knaut, J. de F. F. (2017). Um diálogo entre a Análise do Comportamento e a Psicologia Evolucionista sobre a influência da filogênese no surgimento do comportamento religioso. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 71-77. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.952>
- Rodrigues, T. S. P., & Dittrich, A. (2007). Um diálogo entre um cristão ortodoxo e um behaviorista radical. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(3), 522-537. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300012>
- Sampaio, P. H. de F. (2016). *O Comportamento Religioso: análise da religião e da religiosidade sob uma perspectiva behaviorista radical* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil]. Acervo Digital da UFPR: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45800>
- Schoenfeld, W. N. (1979). *Religion and human behavior*. Invited address at the meeting of the American Psychological Association, New York.
- Schoenfeld, W. N. (1993). *Religion and Human Behavior*. Authors Cooperative.
- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. Appleton Century Crofts, INC.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52(5), 270-277. <https://doi.org/10.1037/h0062535>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond Freedom and Dignity*. Penquin Books.
- Skinner, B. F. (1974) *About Behaviorism*. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs.

- Skinner, B. F. (1979). *The Shaping of a Behaviorist: Part Two of na Autobiography*. Knopf.
- Skinner, B. F. (1982). *Skinner for the classroom*. Library of Congress Cataloging in Publication Data.
- Skinner, B. F. (1984a). *A Matter of Consequences: Part Three of na Autobiography*. New York University Press Washington Square.
- Skinner, B. F. (1984b). *Particulars of My Life*. New York University Press Washington Square. (Original work published 1976).
- Skinner, B. F. (1985). News from nowhere, 1984. *The Behavior Analyst*, 8(1), 5-14.
<http://doi.org/10.1007/bf03391908>
- Skinner, B. F. (1987a). News from Nowhere, 1984. In B. F. Skinner, *Upon Further Reflection* (pg. 33-50). Prentice-Hall, Englewood Cliffs. (Original work published 1985).
- Skinner, B. F. (1987a). *Upon Further Reflection*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Skinner, B. F. (1987b). What Religion Means to me. *Free Inquiry*, 97(2). Recuperado em junho, 24, 2022, em <https://secularhumanism.org/1987/04/what-religion-means-to-me/>
- Skinner, B. F. (1989). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1999a). Freedom and the Control of Men. In V. G. Laties & A. C. Catania (Eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pg. 3-18). Acton, Massachusetts: Copley Publishing Group. (Original work published 1956).
- Skinner, B. F. (1999b). Some Issues Concerning the Control of Human Behavior. In V. G. Laties & A. C. Catania (Eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pg. 25-

38). Acton, Massachusetts: Copley Publishing Group. (Original work published 1956).

Skinner, B. F. (2005). *Walden II*. Hackett Publishing Company, Inc. (Original work published 1948).

Skinner, B. F. (2005). *Science and Human Behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Original work published 1953).

Skinner, B. F. (2013). *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. B. F. Skinner Foundation. (Original work published 1969).

Strand, P. S. (2009). Religion as schedule-induced behavior. *Perspectives on Behavior Science*, 32(1), 191–204. <https://doi.org/10.1007/BF03392183>